Território da Identidade Bacia do Rio Corrente

1ª Edição - 2010

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLIMENTO SUSTENTÁVEL - PTDS

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT

Cooperativa de Profissionais em Assessoria e Consultoria Técnica - ASCONTEC

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA

SECETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – SDT

COORDENAÇÃO ESTADUAL DOS TERRITÓRIOS – CET

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO VELHO CHICO - CODETER

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIO CORRENTE

BAHIA

1ª Edição – Novembro de 2010

COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA – ASCONTEC

Contrato de Repasse
0267708-85/2008 – ASCONTEC/CAIXA/MDA

Parceria na Qualificação do Plano
Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco - FUNDIFRAN
Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA/SEAGRI
Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ/SEPLAN
Secretaria Estadual de Cultura - SECULT

Instâncias Territoriais
Conselho de Desenvolvimento do Território – CODES RIO CORRENTE
Núcleo Diretivo - ND
Núcleo Técnico - NT

Assessores Técnicos Territoriais
Valmira Queiroz Pereira – FUNDIFRAN/INGA
Paulo Alberto Souza Santos – ASCONTEC/MDA

Coordenador Geral
Washington Antonio Souza Simões

Sistematização

Consultores Estaduais
Sérgio Augusto de Oliveira Costa – IICA/SDT/MDA
Taciana de Oliveira Carvalho – FUNDIFRAN/INGÁ

Consultores do Plano
Sândalo Ricardo Rego Paim
Taciana Carvalho
Dermeval Gervásio

CONTATO:
territorioriocorrente@yahoo.com.br

Rua Major Jose Borba, 53 – Sala 2 – Centro
CEP: 47640-000 / Santa Maria da Vitoria – BA

Sumário

Introdução 5
Procedimento Metodológico 7
O Território da Bacia do Rio Corrente 10
Aspectos Geoambientais 14
Avaliação e impacto ambiental 24
Aspecto Ambiental 21
Aspectos Demográficos 25
Estrutura Fundiária 32
Agricultura Familiar 38
Cultura 43
Infra estrutura 49
Gestão Social 51
Visão de Futuro 55
Objetivo Estratégicos 57
Eixos Aglutinadores 59
- Fortalecimento da Agricultura Familiar 59
- Democratização da Terra e da Água e Regularização Fundiária 66
- Meio Ambiente 69
- Educação e Gênero 73
- Cultura 79

Considerações Finais 83
Referências Bibliográficas 85

INTRODUÇÃO

A nova visão federal de desenvolvimento direcionado por territorialidade revela-se uma metodologia bastante eficiente ao analisar as profundas alterações em curso no interior da nossa Nação. Assim, a adoção de estratégias territoriais, considerando-se esse ponto de vista, se estabelece com o objetivo de proporcionar o desdobramento sustentável das áreas rurais comuns a uma região. A atuação de instituições locais competentes em harmonizar os anseios dos diversos agentes territoriais é um dos fatores fundamentais na dinamização almejada em comunidades rurais, além da valorização e preservação de seus recursos naturais. O Território da Bacia do Rio Corrente–TBRC é conseqüência da articulação de tais atores sociais que, como representantes de setores do poder público e da sociedade civil organizada, estão comprometidos em preservar e fortalecer os valores culturais do seu povo. O Território do Rio Corrente apresenta certas peculiaridades que o diferencia dos demais Territórios do estado da Bahia, reconhecido pela ação dos movimentos sociais de resistência, e que ao longo dos anos vem construindo a sua própria história e firmando sua identidade. Estes pretextos eqüitativos levaram ao processo de mobilização que culminou em seu desmembramento do Território do Oeste - região de Barreiras – do qual fazia parte.

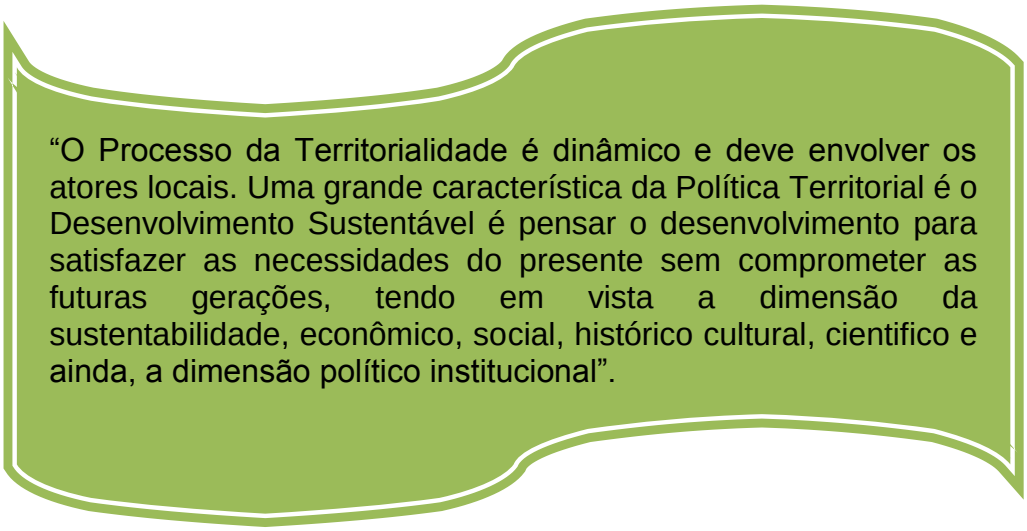
Esta união de forças baseia-se na idéia de que o espaço territorial é um ambiente de conexão de atores sociais, iniciativa privada e políticas públicas de intercessão, amparado na solidariedade, na justiça social, no respeito à diversidade, no orgulho à suas origens, na valorização da cultura, na vigência dos direitos individuais e coletivos, consentindo que todos sejam agentes atuantes de transformação.

Para tanto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, e o Governo do Estado da Bahia, adotaram o planejamento territorial como instrumento para a adoção de medidas e tomada de decisões, a partir das demandas da sociedade civil do Território e das prefeituras municipais que o compõem.

Segundo o MDA, Território se define como um espaço extenso e, geograficamente definido, genericamente contínuo, compreendendo ambientes urbanos e rurais particularizados por critérios multidimensionais, tais como o habitat, a sociedade, a política, a economia, a cultura, as instituições organizadas e os vários grupos sociais que compõem a população, além da forma específica deles se relacionarem. Grupos sociais diferentes, contudo aproximados por elementos em comum que identificam sua harmonia social e cultural. Os programas de incremento dos Territórios rurais têm como base a Agricultura Familiar e abrange toda variedade de comunidades tradicionais, assentamentos, tribos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, comunidades de fundo de pasto, perímetros irrigados e comunidades de sequeiro. A política de territorialidade congrega todos esses grupos rurais e traz nova perspectiva aos complexos problemas da realidade do interior brasileiro. A concepção territorial aponta as desigualdades regionais do chamado “Brasil Rural” com maior conhecimento de causa, e é fato que população agreste da Região Nordeste convive com uma histórica carência no que tange às oportunidades de emprego e geração de renda, além de questões novas e atualmente preocupantes, como a degradação ambiental. Imbuído de percepção moderna de gestão, a partir de 2006 o governo estadual passou a reconhecer no Planejamento Territorial a existência de 26 Territórios de Identidade na Bahia, a exemplo do mapa abaixo. Tal fato este que oportunizou uma maior amplitude nos debates a cerca da territorialidade, pois estes mesmos Territórios passaram a ser analisados como unidades de planejamento para a execução de políticas públicas no governo baiano.

Assim, o Território da Bacia do Rio Corrente, localizado no Oeste da Bahia, integra os seguintes municípios: Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santana, Santa Maria da Vitória, São Felix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho, ou seja, todas estas localidades compõem a micro região de Santa Maria da Vitória, e por isso mesmo esta última cidade vem a ser o centro das articulações territoriais.

METODOLOGIA



Segundo Paulo Cunha (Oficina /março de 2005)

Visando do crescimento integrado da Bacia do Rio Corrente e da Bahia, o atual Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS pretende ser o instrumento básico na orientação das estratégias e gerência territoriais, a partir da implementação de programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento sustentável da região. Portanto, o PTDRS é resultado de um amplo processo de articulação e organização do conjunto dos agentes atuantes no Território, tais como representantes da administração pública ou como lideranças da sociedade civil, e leva em consideração a disposição governamental em democratizar o acesso das políticas públicas nos Territórios, possibilitando o crescimento rural sustentável por meio de uma gestão social participativa. As informações técnicas e contribuições dos setores representativos acima citados colaboraram para definição dos eixos de desenvolvimento do PTDS.

Deve-se lembrar que a organização do Território da Bacia do Rio Corrente desse Território iniciou-se em fevereiro de 2004. Os onze municípios que o compõem estavam incluídos no Território do Oeste, atualmente chamado de Território do Rio Grande. As discussões iniciais em prol da identificação e

constituição do Território aconteceram no mesmo ano, quando lideranças da região participaram de reuniões referentes ao processo de articulação territorial, na cidade de Salvador. Em abril de 2004, membros da sociedade civil e do Poder Público se reúnem em Santa Maria da Vitória, na sede do STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais, objetivando a demarcação do futuro Território. Neste evento ficou claro o anseio dos atores sociais em formar um espaço em que conjuntura local e regional fosse favorecida, por meios do fortalecimento das organizações já existentes.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Corrente, como afirmado anteriormente, é o instrumento principal e orientador das estratégias e intervenções no Território, tendo como proposta inicial propiciar a articulação e a implementação de programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento sustentável da região. Assim sendo, o PTDRS é conseqüência de um extenso procedimento de sensibilização, mobilização e organização da coletividade dos atores do Território, tanto agentes da administração pública, quanto lideranças da sociedade civil, e leva em consideração a disposição governamental em democratizar e universalizar o acesso dos Territórios Rurais às políticas públicas, numa probabilidade de gestão social participativa e compartilhada do incremento rural sustentável da região.

A qualificação do plano é resultado do processo de avaliação do Plano elaborado em 2007 realizado pelo Convênio MOC/MDA que se iniciou em 2005 com apoio do consultor Paulo Cunha. A partir de 2009 a ASCONTEC entidade mobilizadora iniciou a realização de novas oficinas no Território, através convênios com a SDT/MDA, por meio da Caixa Econômica Federal.

Estas linhas fomentaram o debate e motivaram os municípios a conjeturar e apontar suas demandas fundamentais, através de oficinas municipais com o intuito de aprofundar as contestações quantos aos eixos aglutinadores do Plano. Os resultados obtidos com as análises foram apreciados pelo colegiado e Câmaras Técnicas que, tomando por base os dados, definiu os eixos que comporiam a qualificação, são eles: Cultura, Educação do campo, Democratização do Acesso a Terra e Água, Fortalecimento da Agricultura Familiar

e Meio Ambientais. Utilizando a metodologia de diagnostico participativo utilizando ferramentas como Mapa e a FOFA foram obtidos informações importante que foram utilizados na qualificação do plano. O processo de sistematização das informações ficou a cargo do articulador territorial juntamente com o Núcleo Técnico do Território, responsável por fazer os ajustes necessários antes do processo de validação do PTDS juntamente com o consultor da ASCONTEC.

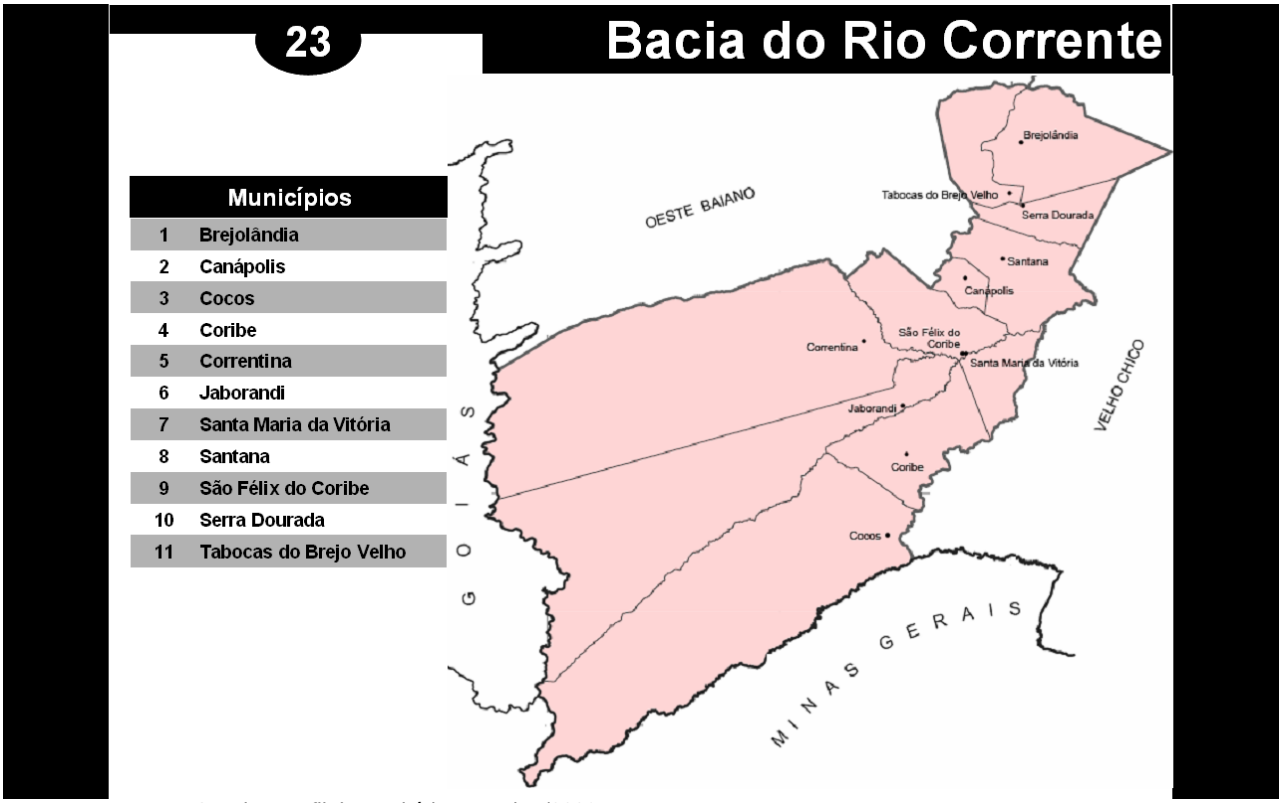
O TERRITÓRIO DA BACIA DO RIO CORRENTE

.A bacia do Rio Corrente situa-se na região oeste da Bahia, está localizado em uma das extremidades do estado, limitando-se ao Sul com a bacia do Rio Carinhanha (divisa com Minas Gerais), ao norte com a bacia do Rio Grande, a leste com o Rio São Francisco e a oeste com a bacia do Rio Tocantins, limite da divisa entre os estados da Bahia e de Goiás. O Território da Bacia do Rio Corrente é o 23° território de identidade do estado da Bahia e a cidade pólo está a 930km de Salvador (capital baiana).

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Fonte: Secult – Perfil do Território – outubro/2009

O Território da Bacia do Rio Corrente é formado por onze municípios, sendo eles: Santa Maria da Vitória (município sede), Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santana, São Felix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho, e está localizado na Região Oeste do Estado da Bahia, com área total de 43.613,7 km² e com uma população total de 200.688 de habitantes. Representa 8% da dimensão territorial da Bahia e tem Correntina e Canápolis como os municipios de maior e menor áreas respectivamente.



Fonte: Secult – Perfil do Território – outubro/2009

Dimensão territorial por município do TBRC

Bahia/Território/Município	Área em Km²
Bahia	564.692,669
TBRC	45.196
Representação no Estado	**8%**
Brejolândia	2.619
Canápolis	464
Cocos	10.084
Coribe	2.678
Correntina	12.142
Jaborandi	9.480
Santana	1.999
São Félix do Coribe	846
Santa Maria da Vitória	1.891
Serra Dourada	1.442
Tabocas do Brejo Velho	1.551

Fonte: IBGE/2006

A maior da população rural é composta por pequenos produtores que se enquadram das exigencias do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Igualmente, destaca-se o potencial para o desenvolvimento de negócios na região dos Cerrados que abrange os municípios de Cocos, Correntina e Jaborandi, onde se encontram implantados grandes projetos de agricultura, de sequeiro e pecuário, com tecnologias inovadoras e alto índice de produtividade.

Além disto, o Rio Corrente tem como características positivas a disponibilidade de recursos hídricos (rios e águas subterrâneas); a qualidade e topografia dos solos (planos); o Índice pluviométrico satisfatório para as atividades praticadas; a existência de órgãos governamentais na região; a presença da Escola Família Agrícola nos municípios de Correntina, Santana, Tabocas e Brejolândia; a boa credibilidade do BNB junto à sociedade regional; a indução de culturas promissoras no Território (mamona e café); a implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água em Santana com Sistema Adutora de 145

km, almejando fornecimento de água potável de boa qualidade para os municípios de Canápolis, Brejolândia, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho.

Sua posição geográfica estratégica, de fácil articulação com o centro Sul e o Nordeste do Brasil, as condições climáticas, pedológica e topográfica propiciaram o desenvolvimento da lavoura irrigada e mecanizada, com alto índice de produtividade de grãos, tornando a região uma das áreas de maior interesse econômico do país sob o ponto de vista agrícola.

Assim, profundas transformações ocorreram e continuam ocorrendo na região, com bruscas modificações e adaptações de ordem ambiental, socioeconômica e cultural. Neste contexto, a ocupação da zona rural e a exploração dos recursos naturais ocorreram de forma desordenada e predatória, exigindo hoje medidas urgentes de controle e ordenamento.

Este modelo se expandiu e consolidou, causando grandes conflitos ambientais e sociais entre posseiros e fazendeiros chegados de outros estados, principalmente do Sul do país. Posseiros perderam suas terras e agricultores foram assassinados por pistoleiros a mando de fazendeiros. Vários rios já secaram por causa das grandes áreas desmatadas para produção de carvão. Inúmeros são os trabalhadores encontrados em regime de escravidão, principalmente nos municípios de Correntina, Cocos e Jaborandi. A região de Santa Maria da Vitória tem sido palco de grandes problemas ambientais e sociais.

Por todas estas razões, o Território da Bacia do Rio Corrente tem como grande missão atuar junto à população destes municípios em defesa do Cerrado, das águas e dos agricultores camponeses e buscando fortalecer a Agricultura Familiar.

É importante destacar o surgimento de organizações sociais representativas do povo, a exemplo, dentre outras, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe. Criado em 1974, como instrumento de luta e representação dos trabalhadores do campo, o STR foi importante instrumento de defesa da categoria.. A partir daí os trabalhadores rurais dos demais municípios também organizaram seus sindicatos,

bem como as associações de pequenos produtores rurais que, mesmo com suas limitações, vem lutando por melhoria das suas condições de vida. As mulheres campesinas também vêm constituindo suas próprias organizações. Outra organização importante é a PJMP, que contribui para um processo de conscientização da juventude tanto urbana como rural.

Não obstante, o Território ainda apresenta certos aspectos negativos, tais como a deficiência de infra-estrutura devido a grande extensão do Território, a carência na assistência técnica pública; o expressivo número de imóveis rurais sem o Título de Domínio;o elevado índice de inadimplência dos agricultores familiares junto às instituições de crédito; a insuficiência dos Órgãos na emissão de Licenças Ambientais (SEMARH e SRH); as constantes abusos ao meio ambiente através das queimadas e desmatamento desordenado.

ASPECTOS GEOAMBIENTAIS

O Oeste da Bahia se constitui num espaço tão vasto quanto heterogêneo, encontrando-se grande variedade de ecossistemas, inclusive manchas de florestas e variados tipos de solos, clima, relevo e altitudes. Pode-se afirmar que o Território do Corrente é dividido por duas regiões distintas uma representada pela Região dos Gerais (Cerrado) com as cidades de Correntina, Jaborandi e Cocos e a outra região de Transição da Caatinga para o Cerrado formada pelos municípios de Santana, Brejolandia, Santa Maria da Vitoria, Canapolis, Tabocas, Serra Dourada, Coribe e São Felix do Coribe.

Dos onze municípios do Território do Corrente somente cinco estão reconhecidos como região do Semi-Árido, sendo os municípios de Santana, Coribe, Serra Dourada, São Felix do Coribe, Brejolandia.

MEIO AMBIENTE

Os atores territoriais demonstram preocupação com o desenvolvimento sustentável, do Território e para isso vêm discutindo e encaminhando propostas e projetos de forma coletiva objetivando melhorias substanciais para estes municípios.

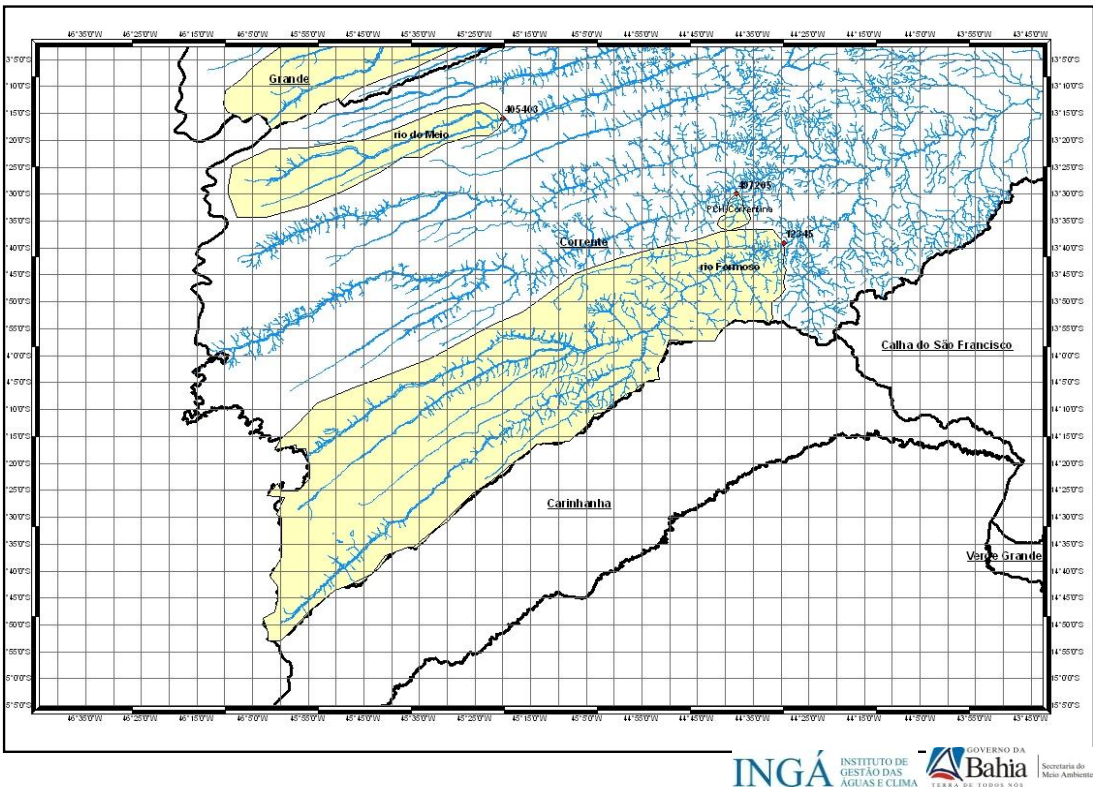
A superação das desigualdades sociais tendo se sustenta pelo compromisso ético e político de combater a miséria e a pobreza, além de ter a preocupação permanente com o meio ambiente. Dessa forma, as organizações e os movimentos sociais de agricultores familiares, assim como as entidades de apoio, devem desenvolver ações que procurem superar as desigualdades econômicas, sociais, de gênero, étnicas e de geração

Nessa perspectiva, é proposto um novo projeto sustentável de desenvolvimento para o meio rural da região, do estado e do país, o qual deve estar ancorado na Reforma Agrária, no reordenamento agrário e no fortalecimento da agricultura familiar, onde todos os atores sociais devem estar envolvidos.

RECURSOS HÍDRICOS

O Território do Rio Corrente, em termos de bacias hidrográficas, encontra-se totalmente inserido no Estado. Limita-se ao Sul com a bacia do Rio Carinhanha (divisa com Minas Gerais), ao norte com a Bacia do Rio Grande, a leste com o Rio São Francisco e a oeste com a Bacia do Rio Tocantins, sendo esse o limite da divisa do estado da Bahia com o de Goiás. A área total da bacia compreende os atuais municípios de: Santa Maria da Vitória, Correntina, Jaborandi, São Félix do Coribe, Serra do Ramalho, Santana, Sitio do Mato, Serra Dourada, Canápolis, Coribe, Feira da Mata, Brejolândia, Carinhanha, (grandes frações); e pequenas frações dos Territórios de Baianópolis, Cocos, São Desidério, Muquém do São Francisco, Tabocas do Brejo Velho e Bom Jesus da Lapa. Verifica-se então que, dos 19 municípios que compõe a Bacia do Rio Corrente, apenas 11 faz parte de seu Território.

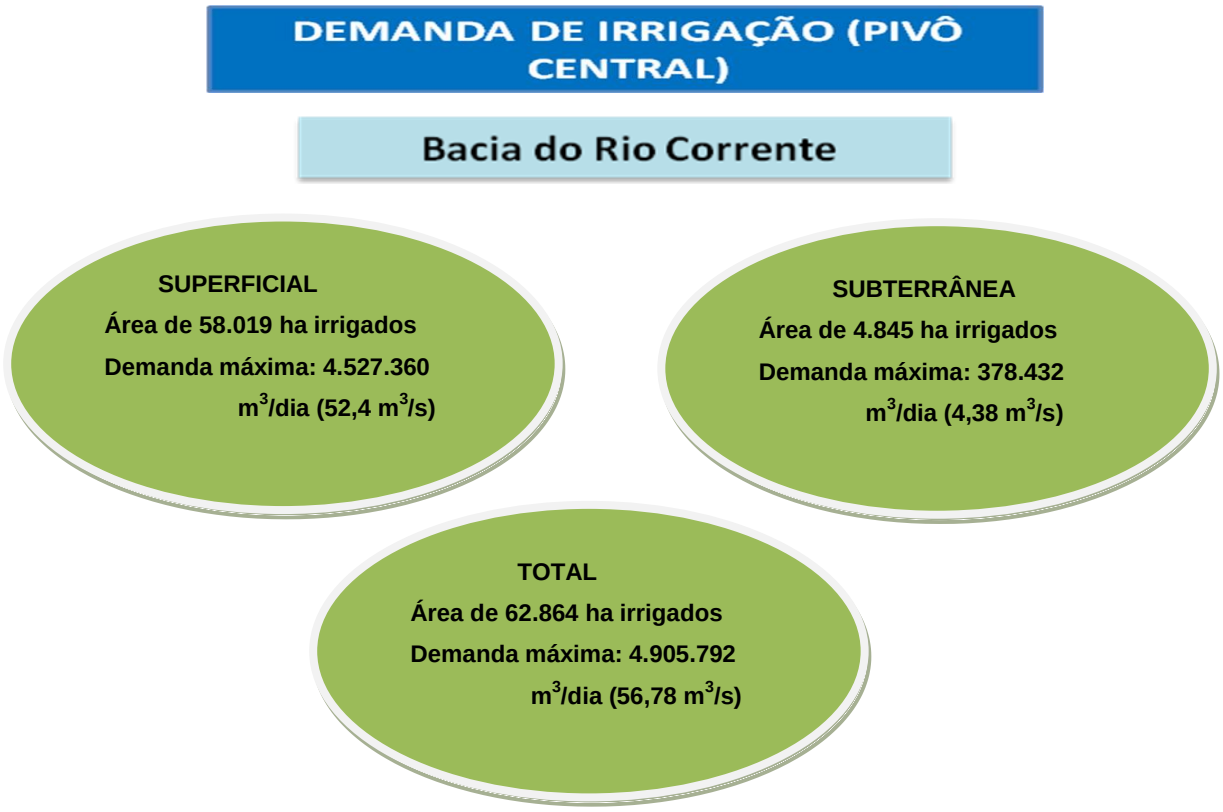
BACIA DO RIO CORRENTE



INGÁ INSTITUTO DE GESTÃO DAS ÁGUAS E CLIMA — GOVERNO DA Bahia — Secretaria do Meio Ambiente

Os principais rios que compõem a Bacia do Corrrente é montante da PCH Correntina - Processo 4972/05 não pode outorgar, composto pelo Rio do Meio, afluente do Rio Correntina, está com o limite de 99,98% de comprometimento até o Processo 4054/03, com disponibilidade de 89,68 m^3/dia e pelo montante do Rio Formoso a montante da PCH (Lat 13º 39’ 11” S e Long 44º 29’ 29” W) não pode outorgar, pois a demanda acumulada está no limite permitido. Em conseqüência, no Rio Pratudão e afluentes não pode haver outorgas, pois estão localizados a montante desta PCH.

Nos últimos anos, a partir da década de setenta a região oeste da Bahia vem passando por um dinâmico processo de transformação de sua economia, impulsionado pela introdução de uma agricultura em bases modernas e com elevado nível tecnológico. Além da posição geográfica estratégica da área, de fácil articulação com o centro Sul e o Nordeste do Brasil, as condições climáticas, pedológica e topográfica propiciam o desenvolvimento da lavoura irrigada e mecanizada, com alto índice de produtividade de grãos, tornando a região uma das áreas de maior interesse econômico do país, sob o ponto de vista agrícola.



Rio Boca Negra da Aldeia

Couro de Porco

Rio Carinhanha

Rio Corrente

Como conseqüência, profundas transformações ocorreu e vêm ocorrendo na conjuntura regional, com modificações e adaptações de ordem ambiental, socioeconômica e cultural, dando formação a um novo modelo de desenvolvimento regional. Neste contexto, a ocupação da zona rural e a exploração dos recursos naturais, vêm ocorrendo de forma desordenada e predatória, exigindo hoje medidas urgentes de controle e ordenamento para que o potencial exigente seja racional e adequadamente utilizado.

O CLIMA

O clima do Território da Bacia do Rio Corrente é seco, sub-úmido e semi-árido. Existem de duas estações bem definidas. Uma chuvosa, com períodos que perduram de 4 a 5 meses (entre outubro e março). A outra, a estação da seca, traz o período de estiagem todo restante do ano.

A pluviosidade média varia entre 500 a 1200 mm por ano, mas as chuvas são muito irregulares, podendo variar entre 200 e 1000 mm por ano. Observa-se que a partir da última década do século passado, as chuvas têm diminuído consideravelmente nessa região. Isso ocorre por conta do desmatamento da vegetação nativa, das queimadas, da agressão constante ao ambiente do cerrado e mais recentemente da produção de carvão em larga escala.

OS SOLOS

Na Bacia do Rio Corrente, verifica-se a predominância das seguintes classes de solos; latosolos vermelho-amarelos, cambissolos e areias quartzosas. Classificação. Além destes, entretanto em menor quantidade, existem latossolos vermelho- escuro, podzólico vermelho-amarelo eutrófico, vertisssolo, solos litólicos, solosaluviais e solos hidromórficos gleizados.

Os latosolos vermelhos--amarelos são solos que tem características físicas com texturas, de profundidade, permeabilidade, drenagem, porosidade, todas propícias ao desenvolvimento das culturas. As características químicas, no entanto, apresenta algumas limitações, pois são solos com baixa saturação de bases e altas saturação de alumínio, o que resulta numa fertilidade natural baixa. além disso possuem uma baixa capacidade de troca de cátions, requerendo aplicação de corretivos e de adubação para o desenvolvimento da agricultura.Já os Cambissolos que ocupam grandes porcentagem da área da bacia do rio corrente, suas propriedades químicas são propícias ao uso da agrícolas, pois apresentam fertilidades naturais.

VEGETAÇÃO

O estudo da vegetação de uma determinada área ocupa lugar de destaque no processo de planejamento e tomada de decisões para a utilização dos recursos naturais de uma região. Na Bacia Hidrográfica do Rio Corrente, ao qual o ecossistema predominante é o cerrado, com suas diversas diferenciações, além de áreas de tensão ecológica a exemplo da Floresta Estacional, observando os aspectos relativos á fito ecologia, caracterização dos principais ecossistemas. Estudos relatam o estabelecimento de cinco regiões fito ecológicas que são: cerrado, vereda, campo úmido, mata de galeria e floresta estacional. Além disso, foram definidas três categorias de áreas antropizadas: Pastagens, Agricultura e Reflorestamento.

As espécies da flora local, ameaçadas de extinção, tradicionalmente são a aroeira, baraúna, gonçalo-alves e cipó escada-de-macaco. Atualmente, outras espécies escontram-se em perigo, como: Pequi, Cedro, Barriguda, Jacarandá, Malvão, Peroba e Jatobá, o que aumenta o conjunto de espécies ameaçadas.

FAUNA E FLORA

Esta região já estudada apresenta diversos ecossistemas, supracitados, da mesma forma a fauna apresenta-se diversificada, com a ocorrência de espécies animais comuns aos ecossistemas limítrofes.

A extinção da fauna e da flora em todo o vale da Bacia do Rio Corrente é relevante. Espécimes como Pau-pintado, Barriguda Lisa, Cedro, Pau Branco, Aroeira, Jacarandá, Capinaçú, Coração de Nego e da flora medicinal como Unha-Danta,

Quina, Barbatimão, Caroba, Angico e Mesquinha entre outras; Onça, Jaguatirica, Suçuarana, Capivara, Paca, Caititú, Queixada, Veado, Cutia, Tatu Canastra, Lobo Guará, Raposa, Gato do Mato, Maracajá, Tamanduá, Jacaré, Sucuri, Lontra, Garça etc. Pássaros como Marreco, Jacu, Ema , Seriema, Papagaio e Arara, Curió, Zabelê, Pintassilgo e Pomba Verdadeira.

AVALIAÇÃO E IMPACTO AMBIENTAL

O desenvolvimento das atividades agropecuárias e agro-industriais vem acontecendo sem o correspondente planejamento e controle do uso e ocupação dos recursos naturais por parte dos órgãos governamentais, muitos dos quais estimularam esta corrida para o oeste, preocupados especialmente com o aumento da produção, geração de emprego e crescimento da arrecadação. Prevaleceu ate então os resultados econômicos de curto prazo, em detrimento da formulação de uma política ecológico-econômica, que estabelecesse, com clareza e decisão, normas e condutas de ação integrada no sentido da utilização adequada dos recursos naturais e da preservação ambiental.

Na área dos chapadões do oeste baiano a evidencia mais importante é sem sombra de duvida o desmatamento indiscriminado de grandes áreas do cerrado, com a destruição da flora, expulsão da fauna de grande porte, eliminação da pequena fauna, extinção dos locais específicos de reprodução e criação, introdução de espécies exóticas na região. Contudo, outros impactos ocorrem não tão de forma lenta, mas de forma nociva como é o caso da erosão laminar dos solos, das voçorocas, do assoreamento dos canais de drenagem e leito dos rios, das alterações do regime hidrológico das sub-bacias e da contaminação das águas e do solo pelo uso de agrotóxicos nas lavouras.

Embalagem de Agrotóxico

Erosão no Serrado

A seguir listaremos estes impactos procurando relacioná-los com a atividade antrópica a eles referentes, tais como: Extrativismo vegetal, extrativismo mineral, agricultura de subsistência, agricultura de sequeiro, agricultura irrigada, pecuária extensiva, pecuária semi-intensiva, reflorestamento, atividades urbanas e industriais..

Os impactos ambientais relevantes são a degradação das nascentes e veredas; desmatamento de extensas áreas de cerrado, veredas, florestas de galeria sem critérios preservacionistas; comprometimento da camada superficial e aceleração do processo erosivo; alteração do relevo; assoreamento dos rios; desnudação prolongada dos solos; destruição da flora e fauna; redução da capacidade produtiva da terra; proliferação de pragas; compactação do solo; perda de solo fertilizado; descaracterização da vegetação; destruição das cabeceiras dos rios; uso indevido das águas; riscos de contaminação das águas dos rios, lençol freático e alimentos; disseminação de doenças; desmatamento da vegetação nativa e danos à fauna.

Foto Aérea de área desmatada utilizando fogo área queimada

- **Resíduos sólidos**

Através do Trabalho do Comitê da Bacia do Rio São Francisco e do Forum Permanente de Defesa do São Francisco saíram as sugestão relevante aos resíduos sólidos (lixão) dos municipios da Bacia do Rio Corrente foram a Seleção de área adequada; Suspensão da queima; Segregação dos RSS – Resíduos de Serviços de Saúde; Medidas de controle do acesso; Melhoria das vias de acesso; Abertura de valas e recobrimento com solo; Disponibilização de EPI – Equipamento de Proteção Individual; Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Implantação de sistema adequado devidamente licenciado pelo IMA; Coleta seletiva e programa de educação ambiental; e Contratação de Responsável Técnico devidamente registrado no CREA/BA.

Brejolandia

Canapolis

Santa Maria da Vitoria

Serra Dourada

RECURSOS MINERAIS

A exploração do ouro no Rio das Éguas, a partir de 1792, atraiu grande número de pessoas para o local e provocou uma condensação de homens e de mercadorias, deu origem e crescimento ao povoado de Nossa Senhora da Gloria. A partir de 1891 o município foi definitivamente criado com o nome de Correntina.

A exploração do ouro nos rios das Éguas, Arrojado e Formoso se dá em declínio nas áreas de mineração como um todo. É provável que a agropecuária e a mineração ocorreram simultaneamente até o esgotamento dos depósitos auríferos. No município de Correntina, como em outras áreas, o esgotamento do ouro sucedeu-se com relativa perda de população, que migrou para outras regiões.

Os que permaneceram dedicaram à pequena lavoura e à criação de gado vacum e outros rebanhos. A região da Bacia do rio corrente é rica em minerais, tais como argilas, maganês, areias, quartzo, calcário, cobre e pedras ornamentais (ardósia) abundantemente empregadas na construção civil.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A população atual do Território da Bacia do Rio Corrente é de 200.688 de habitantes. Entre os anos de 2000 e 2007 sua taxa de crescimento demográfico foi de 3,08%. O crescimento anualmente ficou em cerca de 0,44%, valor bem inferior às taxas de crescimento do Estado e do Brasil. Nota-se em alguns municípios uma grande migração da população para outras regiões ou aos grandes centros urbanos. O comportamento da população do Território indica outros índices demográfico pertinentes:

- Grau de urbanização: 42,8%
- Domicílios: 46.418
- Raça ou cor: 36,4%, brancos; 54,8%, pardos e 7,5 negros
- Taxa de analfabetismo: 31,9% (2000); 47,5% (1991)

POPULAÇÕES TRADICIONAIS

POVOS DOS GERAIS

O poder atribuído aos grandes proprietários de terras, através das sesmarias, achou no isolamento com o litoral as condições ideais para se perpetuar. A grande extensão e o preço das terras existentes inibiam qualquer intenção de demarcá-las. No entanto, as terras, apesar de livres das cercas, possuíam donos, respeitados e conhecidos por todos, modernamente denominados de coronéis, geralmente grandes criadores de gado, senhores do público e do privado

Nesse cenário, além dos coronéis, viviam os vaqueiros - responsáveis pela lida com o gado -, os pequenos produtores - que se dedicavam única e exclusivamente à agricultura de sobrevivência, principalmente às margens dos rios - e os barqueiros, que faziam o transporte de cargas nos rios. Os comerciantes da região eram os próprios coronéis e grandes fazendeiros, que viam no comércio

mais uma forma de acumular riquezas e aumentar o seu poder.

Além desses elementos, observou-se a existência dos “geralistas” ou, habitantes das áreas de cerrados no oeste da Bahia, principalmente as povoações dos vales dos rios Grande e Corrente, que possuíam minguados recursos e viviam da caça, da indústria extrativa e de roças de mandioca, sendo a extração do látex da mangabeira a sua atividade mais lucrativa. Essa atividade foi apontada pelo IBGE (1958), como o principal fator de prosperidade do povoado de Barreiras na segunda metade do século XIX.

COMUNIDADES DE FUNDO DE PASTO

Constituído por áreas de uso coletivo da terra, por comunidades em geral com grau de parentesco. Nesta região não muito comum as pessoas chamar de fundo de pasto, mas de “Solta”. Nestas áreas é comum criarem animais de pequeno e grande porte, como: caprinos, ovinos e gado. Com a grilagem de terras nos gerais, muitos agricultores perderam suas áreas. Recentemente foi criada uma associação de fundo de pasto na região de Mutum – município de Santa Maria da Vitória, com o objetivo de fortalecer a luta pela posse da terra e garantir a preservação do meio ambiente, de onde é tirado o sustento das famílias.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS

O centro do Brasil foi onde se criou uma população quase isenta de influência externa. Na bacia do São Francisco, o sertanejo tem a mesma característica em Minas, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Piauí, sendo que os sertanejos baianos eram mais semelhantes aos seus congêneres de outros estados do que aos habitantes do Recôncavo. As diferenças de hábitos e de costumes entre a população litorânea da Bahia e os habitantes dos sertões foram também observadas por Euclides da Cunha.

Apesar da formação étnica dos habitantes do vale do São Francisco ser galgada pelos mesmos elementos que formaram a população brasileira, no vale do São Francisco tal miscigenação possuiu uma forma peculiar. Os índios que habitavam a região tinham uma diversidade étnica muito grande por causa das

migrações.

Os negros, por sua vez, pouco foram usados como escravos na região e muitos dos que lá se fixaram eram foragidos de diversas etnias africanas. Quanto aos portugueses, constituíam-se num dos povos mais miscigenados da Europa.

A cultura também se formou de maneira singular. A formação católica foi predominante, porém a presença da igreja católica na região foi deficiente, levando os princípios católicos a serem desnaturados nas classes mais baixas, dando origem a crendices e superstições que sustentavam os valores morais e as regras de conduta da sociedade.

Nas conversas com os movimentos sociais do território, até o momento nenhuma comunidade de remanescentes de quilombos foi reconhecida, nesse território, muito menos trabalhada para o seu reconhecimento. Embora haja, porém, uma identificação de quatro comunidades com características definidas de negros no município de Santa Maria da Vitória (Currais, Montevidinha, Cafundó dos Crioulos e Água Quente), carecendo, portanto de acompanhamento por parte dos governos.

COMUNIDADES INDÍGENAS

As tribos indígenas que habitavam os sertões do São Francisco antes do descobrimento eram formadas por raças não Tupis. Assim, habitavam o vale do rio as tribos Gês: Massacarás, Pontás e Aracujás. Ao norte, eram encontrados os Pimenteiras e os Cariris de origem Caraíba. O certo, porém, é que os conquistadores portugueses viram no mundo indígena brasileiro através dos Tupis, índios de índole mais amistosa, que forneceram guias, ensinaram os costumes nativos e aplicaram apelidos de seu idioma às outras tribos Tapuias e aos acidentes geográficos. Isso, de certa forma, dificultou os estudos sobre outras culturas indígenas do Brasil pré-descobrimento (Rêgo, 1935).

Com o início da colonização portuguesa, no século XVI, muitas tribos indígenas foram expulsas do litoral, passando a habitar a região central do atual estado da Bahia. Foi através dos relatos indígenas que os portugueses tomaram conhecimento da existência de um grande rio no interior das terras brasileiras,

onde a existência de ouro e pedras preciosas seria abundante. Com o intuito de desbravar o território, foram organizadas expedições, as conhecidas Entradas e Bandeiras, que na Bahia não tiveram grande sucesso devido aos obstáculos oferecidos pela densa floresta. As expedições que conseguiram adentrar pelos sertões pouco concretizaram em termos de povoamento, pois se dedicavam unicamente à exploração do território.

Com a introdução do cultivo da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano, abrandou-se o interesse pela conquista dos sertões do São Francisco. Embora totalmente desvinculada do primeiro ciclo econômico colonial, o Ciclo da Cana-de-açúcar, a região começou a ser ocupada ainda no século XVI, porém sua ocupação nesse período esteve ligada a expedições para a captura do índio, que era utilizado como escravo nos canaviais (Santos Filho, 1989). Com a chegada dos escravos africanos, diminuiu o interesse pela captura de índios.

Na enciclopédia dos municípios brasileiros, no item sobre o histórico de Barra. Município localizado no Oeste baiano, na confluência do rio Grande com a margem esquerda do rio São Francisco, pode se ler a respeito dos conflitos pela terra que travaram os índios, primitivos ocupantes do vale, e os civilizados, ao longo do processo de conquistas e desbravamento do território e da fixação do colonizador nessas paragens:

Além dessas citações referente aos grupos tribais com os quais o colonizador se deparou na região, o mapa de Nimuendajú relaciona - ao longo do vale do São Francisco e de seus tributários, entre os séculos XVI e XVIII, no trecho superior – os Abaeté, Tamoio e Cataguaz. No trecho médio, os Xacriaba, Acroá (estes, no trecho superior do rio Corrente, no século XVIII), Aricobé, Tabajara, Amoipira, Tupináa, Ocren, Sacragrinha e Tupinambá, E, no trecho das Corredeiras, registra os Ponta e os Massacare, Tamanquim, Caripó, Dzubucua-cariri, Poria e Pancaruru, Rodela, Tusha, Ouesque, Uma e Vouve, Cariri, Huanoi e Choco, Carapató e Fulmiô, Guaranhum, Aramuru, Choco, Acon, Caxago, Boime e Caeté. A estes grupos, Senna acrescenta os Abatirá, Candidé, Catolé, Caipó, Guaíba, Crixá, Cururu, Goiana, Kiriri, Tremembé e Tupi. Hoenthal cita os Ansu, Avi Cajaú, Cariri, Maquaru, Moricuito, Ponta, Praki e Tacoruba. Pinto relaciona, entre

outros, os Anaió e Tamaguiú. Algumas lições se põem extrair dessas citações, mas outras são por demais óbvia e outras carecem de certo detalhamento.

A leitura das citações anteriores deve levar em conta que a expansão dos currais deparou com grande número de grupos tribais em todo vale do São Francisco.

Os desbravadores eram portadores de concepções de propriedade, de homem e de mundo, diversas e antagônicas às concepções indígenas. Para estes, a terra era propriedade ou posse comunal, e não individual. Freqüentemente, o território indígena era mais domínio que propriedade, sancionado por costumes e tradições ligados à origem de grupo, aos seus antepassados ao passo que a terra, para o desbravador, reveste-se de um caráter privado e tem um significado econômico voltado para o mercado, bem como um significado social e político associado a interesses de prestígio e de poder.

Devido às características socioculturais das populações indígenas, o relacionamento com a terra, com as matas, com o rio, normalmente, trazem imbricadas relações de parentesco, iniciativas econômicas, ritos e crenças acerca da vida e da morte – o natural e o social estão entrelaçados e introjetados no modo de viver da sociedade. Na dinâmica socioeconômica indígena, o solo se esgota rapidamente e em seguida é abandonada – provocando o deslocamento constante no território; a caça e a pesca rotineiramente podem forçar caminhadas para abastecer o grupo. Essas e outras razões mostram que a comunidade indígena carece de amplos espaços para manter sua autonomia econômica e cultural como povo.

A concepção dos desbravadores era outra, de caráter privatista, individualista, ligada ao propósito de valorização econômica e ao desejo de criar fortuna. O índio era um obstáculo para o seu projeto de apropriação efetiva do território. Aos olhos da maioria, o índio era um pobre ignorante, um pagão que podia e deva ser removido para implantação de fazenda. Afinal, tanta terra em poder de índio era um desperdício.

A política indigenista, colocada em prática na época, resultou em atração do índio para a catequese (o índio era educado segundo o modelo cristão-

eurocêntrico e se integrava à ordem dos civilizados, principalmente como fiel e como mão-de-obra); o índio era combatido por meio de guerras, sendo exterminado ou combatido em prisioneiro (mão –de - obra escrava). O índio migrava para outras terras distantes do colonizador. Em outras palavras, a política utilizada para viabilizar a colonização significava, em primeiro lugar, a expropriação do índio.

Sítios Arqueológicos

Entre 1980 e 1987, pesquisas arqueológicas descobriram e cadastraram várias dezenas de assentamentos indígenas distribuídos sobre o vale do São Francisco e próximo de seu tributário, o rio corrente, e aos afluentes Arrojados, Formoso, das Éguas ou Correntina, do Meio, Santo Antonio, em terras dos atuais municípios de Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana e São Desidério.

Os sitos arqueológicos pesquisados ocupam áreas de cerrado e áreas de mata, uns localizados a céu aberto e outros no interior de grutas calcárias, formando um amplo e variado material recuperado de grupos pré-ceramistas e de grupos ceramistas. Os mais antigos, os pré-ceramistas, viviam da caça, da pesca, da coleta de mel, raízes e frutas, ao posso que os mais recentes, em geral ceramistas praticavam uma cultura rudimentar.

Esses grupos, do ponto de vista cronológico, seguramente e sem exagero cobrem os últimos

12.000 anos, para ficarmos restritos a valores confiáveis. Isso porque datações realizadas em material obtido em escavações no Morro Furado, entre Coribe e Santa Maria da Vitória, alcançaram valores em torno de 26.970 e 43.000 anos antes do presente. Está documentada na arte rupestre encontrada em dezenas de grutas e paredes calcárias espalhadas pelos municípios de Correntina, Santana e Santa Maria da Vitória e prolonga-se por todo o vale; está presente, também, nos sítios arqueológicos existentes e nos laboratórios de pesquisa arqueológica de várias instituições. Trata-se de testemunhos materiais que revelam o modo de vida e o processo de apropriação da natureza por parte

dessas populações.

Alguns remanescentes dessas populações milenares vivem hoje no Nordeste, no Centro-Oeste e na Amazônia. Muitos perderam sua identidade, ouros procuram mate-la e recuperá-la. Muitos grupos procuram se organizarem e reivindicar seus direitos históricos, relativos à terra e a outros aspectos como saúde, educação e alimentação.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

A incidência de conflitos pela terra no oeste baiano, no período de 1980 a 1984, cobriu uma área de 1.880.213 ha e envolveram 5.104 famílias. Esses dados serviram para avaliar o clima de turbulência que se estabeleceu na região.

A privatização das terras do oeste baiano, nos anos setenta, pelas grandes empresas para as atividades agro pastoris, choca-se com o sistema tradicional de ocupação dos gerais baseado na prática secular de aproveitamento estacional das pastagens. As imensas áreas de terras eram de domínio do Estado, e muitas efetivamente em mãos de milhares de posseiros e criadores, que delas usufruíam em regime de condomínio para criação de rebanho de pequenos e grandes animais.

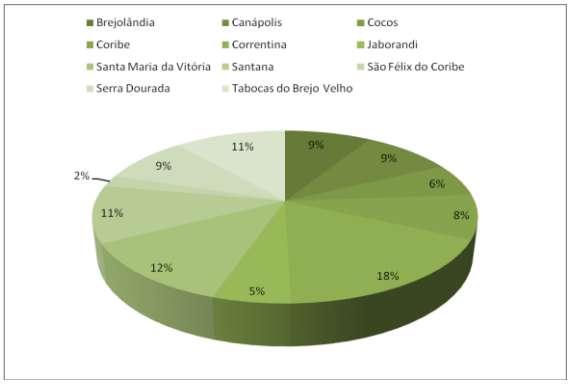
Essa privatização corresponde, na prática, a um amplo e tortuoso processo de latifundização da região, incomparável a qualquer época pela magnitude das terras ocupadas, em ritmo e em intensidade, a que colocam sob suspeita a rotineira morosidade técnico - burocrática, que sempre se atribui ás instituições públicas brasileiras.

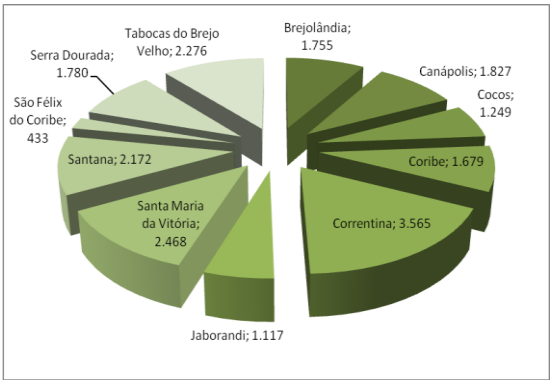
O território sempre possuiu seus latifúndios; nada, entretanto, comparável ao que ocorreu a partir dos anos setenta. Entre os anos de 1960 a 1990, são incorporados ao município de Correntina, 20.655 ha de novas terras, que correspondem a uma extensão de 34,1% de novas áreas. De 1970 a 1980, mais 164.188 ha são incorporadas ao mesmo município, que equivalem a um a um acréscimo de 202,4% de novas ocupações no período. No entanto, de 1980 a 1985, mais 359.845 ha de novas áreas são ocupadas, ou seja, 146,7% no curto período de cinco anos. No período de 1980 a 1985, dos 605.110 ha de terras ate então ocupadas, 80,3% concentravam- se na faixa de 1.000 a 10.000 ha, distribuídos em 23 propriedades, que perfaziam 0,6% do total dos estabelecimentos recenseados

Como resultado do processo de ocupação, a região Oeste e especificamente o Território da Bacia do rio Corrente, possui uma estrutura

fundiária concentrada, constatando-se a existência de grandes propriedades, parte com mais de 10 mil hectares de terra, contrapondo-se com pequenas propriedades, com áreas inferiores a 10 hectares. Conforme dados do IBGE os estabelecimentos rurais com até 20 hectares corresponde a 55,8%, enquanto que os estabelecimentos com mais de 50 hectares correspondem a apenas 2,2%. Esses dados comprovam a grande concentração da terra na região e a forte presença da agricultura familiar. Nesse sentido há enorme contradição entre a grande agricultura subsidiada e os minifúndios sem condições de se auto-sustentarem, constituindo-se no público alvo do Desenvolvimento Rural Sustentável, chegando a 75,8% do total da população.

Número de Estabelecimento Rural





Os contrastes na região Oeste, Território da Bacia do Rio Corrente- TBRC, se apresenta de várias formas, entre elas, o elevado índice de desemprego estrutural, gerado pelo modelo capitalista de desenvolvimento que atraiu, inclusive, bóias-frias de outras regiões, trazendo conseqüências sociais e econômicas em diversos níveis, entre eles o trabalho escravo contemporâneo.

Análise da estrutura fundiária do Território

A estrutura fundiária no Território da Bacia do rio Corrente segue a mesma lógica concentradora do estado da Bahia e do Brasil, fruto do processo histórico de ocupação do país, que nesses quinhentos anos não implementou políticas públicas que proporcionassem a solução dos problemas da mulher e do homem do campo.

A elevada concentração da estrutura fundiária dá origem a relações sociais, econômicas, políticas e culturais que dificultam o processo de desenvolvimento capaz de gerar crescimento econômico combinado com justiça social e cidadania para a população rural. Assim a reforma agrária é importante tanto para resolver a questão agrária como também para propiciar as condições para transformar o meio rural em um lugar de vida adequada aos padrões do mundo moderno.

Compreendemos que onde há conflitos existe de um lado demanda por terra e do outro quem a concentra. O Território tem uma herança cultural muito forte da figura do coronel, do latifúndio, da subserviência, e esses elementos se entrelaçam fortalecendo a existência de uma estrutura fundiária concentradora, que prejudica qualquer avanço para a sustentabilidade da região. Em contraposição, do outro lado, buscando enfrentar essa realidade, surge e se fortalece um conjunto de organizações sociais do movimento popular e ligados a Igreja Católica, a exemplo do movimento sindical rural e a Comissão Pastoral da Terra-CPT, que ao longo de algumas décadas vem atuando em favor da população campesina na luta pela terra.

A situação de exclusão no campo vem de um longo período e se agravou com as políticas de desenvolvimento rural que priorizaram a substituição do trabalho humano por máquinas e insumos químicos em estabelecimentos agropecuários por todo pais, principalmente nas áreas de fronteira agrícola a exemplo de Correntina com a soja e Cocos com o café. Essa lógica acentuou a desigualdade no acesso a terra, levando a um processo de concentração fundiária.

A partir da década de 1970, a região Oeste e extremo Oeste da Bahia, foram consideradas pelos governos da época, áreas de fronteira agrícola e por conta disso, projetos de monocultura exportadora tiveram forte incentivo dos governos, passando a ocupar grandes extensões de terra. Como conseqüência dessa política, ocorreu muitos conflitos, envolvendo, posseiros, sindicalistas, advogados que em alguns casos levaram inclusive à morte, como o advogado Eugenio Lyra, assassinado em 22 de setembro de 1977 no centro de Santa Maria da Vitória, quase as vésperas do seu depoimento na CPI da grilagem em

Salvador. Os conflitos ocorriam justamente por se tratar de áreas que tradicionalmente já estavam ocupadas por várias gerações de populações campesinas.

Uma dificuldade para os agricultores familiares é a forma de ocupação, pois boa parte deles não tem a documentação dessas terras, muitas vezes se utilizam das chamadas áreas devolutas, utilizadas de forma coletiva pelos trabalhadores. Essa é ainda uma realidade da região. No Território da Bacia do rio Corrente existe um número elevado de hectares de terras devolutas, no Quadro a seguir podemos constatar essas informações.

Bahia/território/município	Área devoluta (ha)	Imóveis improdutivos Grandes	Área (ha)
Estado da Bahia	**31.087.213**	**4.846**	**9.559.964**
Território BRC	**1.704.464**		
Brejolândia	177.665	22	98.935
Canápolis	29.115	0	0
Cocos	206.918	230	1.435.588
Coribe	101.101	46	203.256
Correntina	356.544	263	1.001.546
Jaborandi	601.634	126	665.479
Santa Maria da Vitória	86.849	18	41.497
Santana	-	-	-
São Félix do Coribe	7.191	14	40.162
Serra Dourada	45.739	17	35.396
Tabocas do B. Velho	91.708	15	46.913

Dados: SNCR/INCRA/ISA/IBGE (oficina do TBRC em março/06)

Conforme o quadro acima o total da área devoluta do território é de 1.704.464 ha, o que é muito elevado. Nas oficinas territoriais de construção do PST e do PTDRS, ficou sempre evidenciada a necessidade de ações discriminatórias para todos os municípios. Há uma forte presença de posseiros e de trabalhadores sem terra ou que estão nos minifúndios e um grande número de hectares sem dominialidade, que a ação discriminatória poderia destinar para a reforma agrária. O município de Santana não foi informado por falta de informação dos órgãos oficiais.

No Território da Bacia do Rio Corrente, verifica-se a predominância da agricultura familiar, concomitante a concentração da terra, uma vez que, em todos os municípios do Território, mais de 80% das propriedades tem até quatro módulos fiscais, somando um total de 14.238. Contudo, a área em hectares não é correspondente. Do total de 3.801.715,8 as pequenas propriedades ocupam apenas 602.870,8 há. Enquanto que as médias propriedades, de 5 a 15 módulos fiscais que somam 1.116 ocupam 529.888,9 há e as grandes propriedades, com mais de 15 módulos fiscais, perfazem um total de 553 e ocupam uma área de 2.677.956,4 ha. Esses são dados reveladores sobre o desenvolvimento territorial.

A configuração como está organizada a estrutura fundiária no TBRC reflete a historia de sua ocupação. A distribuição dos estabelecimentos rurais conforme a condição do produtor demonstra a dinâmica da produção, determinando as relações entre os trabalhadores rurais, levando em conta aspectos como: crédito, assistência técnica. Assim destaca-se que 90,38% dos produtores são proprietárias das suas terras como mostra o quadro a seguir, apesar de que 89,5% das propriedades estarem concentradas nos minifúndios e pequenas propriedades. Existe, nessa forma, a obrigação de se implementar políticas publica que garantam o acesso e permanência na terra com condições dignas. Se não houver uma mudança de fato na estrutura fundiária do território, que venha a favorecer o agricultor familiar, não será possível discutir, tampouco construir o Desenvolvimento Territorial Sustentável.

O município de São Felix do Coribe é a região que tem o maior numero de assentamento dentro do Território da Bacia do Rio Corrente Assentamento Lontra, Assentamento Boa Sorte, Assentamento Águas Claras e Assentamento Nova Esperança pelo Programa Nacional de Credito Fundiário e os Assentamento Mundo Novo e Assentamento Bom Sucesso pelo INCRA. Já em Brejolandia existem um acampamento o Nova Esperança com mais de 200 famílias e com uma área de 22 mil hectares que já foi realizado o processo discriminatórios da propriedade pelo CDA e pelo INCRA. Em Coribe existem dois Assentamento do Credito Fundiário Assentamento do Coqueiro e Assentamento do Bora e cinco

pelo INCRA Assentamento Morrão, Descoberto, Figueira, Ponta água e Poço Auto. No município de Correntina tem o Assentamento Porto do Bonito e os acampamentos Cachoeirinha. No Assentamento de Catule do Credito Fundiário é o único assentamento no município de Santa Maria da Vitoria e existe um conflito de terra da Fazenda retiro (Rural ou Urbano) com 16 famílias que se consideram rural.

Distribuição dos estabelecimentos rurais, conforme a condição do produtor no Território da Bacia do Rio Corrente, Estado da Bahia em 2000.

Condição do Produtor	Estabelecimentos Rurais			
	Território		Estado	
	Nº.	%	Nº.	%
1. Proprietário	32.927	90,38	620.118	88,7
2. Arrendatário	76	0,21	4.551	0,7
3. Parceiro	328	0,90	9.734	1,4
4. Ocupante	3.100	8,51	64.723	9,3
Total Geral	**36431**	**100,0**	**699.126**	**100,0**

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário – 1995-1996

AGRICULTURA FAMILIAR

É considerada a saída para o desenvolvimento rural sustentável. As Vantagens de incentivar a agricultura familiar é ponto convergente. Estudos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, mostram que " a agricultura familiar gera 40% da produção do agro - negocio do Estado, com quase nenhum investimento do governo. Produz também a grande maioria dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros: 84% da mandioca e 67% do feijão. Dos empregos gerados pela agricultura, 7 em cada 10 estão na agricultura familiar". São dados também apresentados pelo superintendente da agricultura familiar – SUAF, cita também como vantagens a menor interferência no meio ambiente quando comparada às grandes monoculturas, e é fator de agregação social.

TABELA DE LIBERAÇÕES DO PRONAF

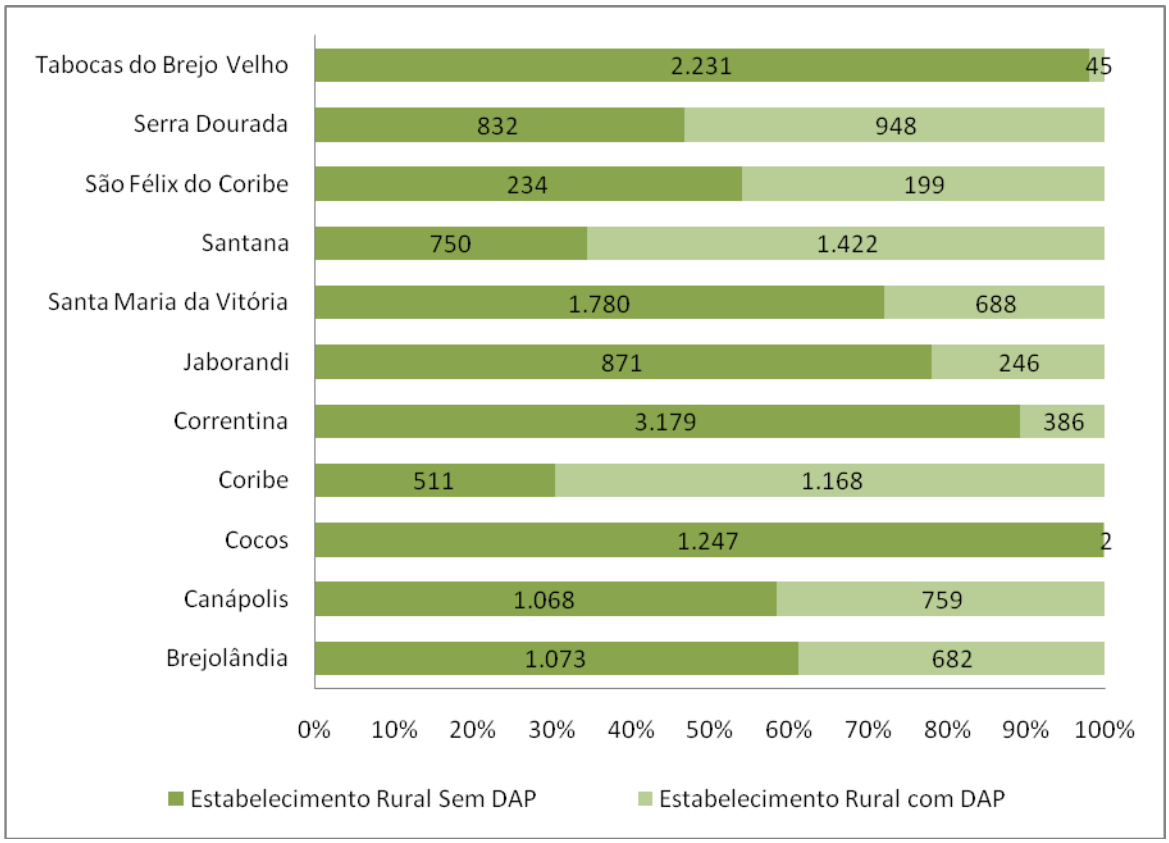
Território de Identidade / Municípios	Número de estabelecimento agropecuários (Unidades)	2007		2008		2009	
		Oper.	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor
Total do Estado	**665.831**	**113.658**	**407.143.908**	**95.038**	**364.259.403**	**87.737**	**366.630.978**
Brejolândia	1.755	487	2.084.299,14	445	1.411.891,73	471	2.081.984,48
Canápolis	1.827	296	1.128.382,72	175	349.812,89	153	259.189,86
Cocos	1.249	324	822.873,95			1	27.000,00
Coribe	1.679	548	1.750.900,99	368	1.547.533,15	286	982.470,21
Correntina	3.565	576	1.303.581,76	610	1.296.306,98	484	811.131,22
Jaborandi	1.117	275	612.765,15	207	387.754,80	250	946.030,25
Santa Maria da Vitória	2.468	452	1.119.192,47	447	1.305.469,46	573	1.793.057,74
Santana	2.172	387	1.407.334,44	502	1.160.187,12	202	754.973,55
São Félix do Coribe	433	66	489.418,03	73	427.393,70	178	1.509.054,05
Serra Dourada	1.780	493	3.602.964,63	567	2.040.624,33	299	1.847.416,44
Tabocas do Brejo Velho	2.276	402	1.402.826,64	516	1.152.805,39	588	1.629.923,53
Território da Bacia do Corrente	**20.321**	**4.306**	**15.724.539,92**	**3.910**	**11.079.780**	**3.485**	**12.642.231**

FONTE: SUAF/SEAGRI 2010

Nas informações abaixo de liberação do PRONAF no período de 2007 a 2009, mostra que houve uma diminuição de 24% dos recursos que corresponde o valor R$ 3.082.308,92. Os Municípios de Brejolandia e Serra Dourada acumulando as liberais de 2007 e 2009 mostram os municípios que mais receberam recursos do Pronaf, enquanto os municípios Cocos e Canapolis receberam menos recursos.

Segundo dados da SUAF/SEAGRI, a soma de emissão de DAP´S – Declaração de Aptidão do PRONAF no territorio do Corrente corresponde 2,83% do Total do Estado em 2009, alcançou a proporção de 32,2% numero inferior da media do Estado, que ficou em 34,72% em comparativo ao número de estabelecimentos rurais. Foram emitidas 20.321 DAP´s, destacando-se dentro da região, os municípios de Santana e Coribe com a maior numero de DAP´s emitidas.

TABELA EMISSÃO DE DAP`s



FONTE: SUAF/SEAGRI 2010

GARGALOS NO INCREMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Entre os gargalos apontados como obstáculos para o desenvolvimento da agricultura familiar, está a precária infra-estrutura da região, com estradas que não suportam o escoamento da cadeia produtiva, assim como a questão fundiária. A falta de atenção do estado até hoje em relação à estrutura fundiária contribuiu para enorme desigualdade no aproveitamento do solo rural. Apenas 76% dos estabelecimentos rurais ocupam apenas 12% da área, ou seja, pequenas propriedades produtoras estão espremidas entre grandes latifundiários.

O Governo anuncia que pretende combinar a produção de biocombustível à inclusão social, mobilizando a agricultores familiares para a produção de oleaginosas, principalmente na região nordeste, todavia sabemos que são grandes os desafios que governos terão que quebrar a lógica dos ciclos econômicos anteriores: fazer com que o boom do crescimento proporcionado pelos biocombustíveis se traduz em desenvolvimento econômico o que não ocorreu nos ciclos econômicos anteriores de prosperidade.

O êxito da inclusão social depende diretamente da socialização de desenvolvimento tecnológico que permita fazer com os pequenos agricultores familiares atuem também no beneficiamento das oleaginosas e agregam valor ao produto, elevando os seus rendimentos. Sabemos que de nada adiantaria receber financiamento hoje para simplesmente plantar oleaginosas, seja ela qual for para que não se repita os erros do passado(década de 60), época em que este território se destacou como grande produtor de mamona. Ainda bem que naquela época não havia financiamento. Artigo da revista “Conjuntura e Planejamento n.º 156” editada pela SEPLAN do Estado, mostra que fugir a esta lógica é reproduzir o modelo primário – exportador, excludente que marcou os ciclos econômicos anteriores da economia brasileira.

Entre as variedades do atual sistema de produção agrícola no Território, encontramos o cultivo da cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, arroz, hortifrutigranjeiros, soja, café e algodão. Igualmente, há criações de rebanhos para bovinocultura de corte, bovinocultura de leite e ovinocaprinocultura. Ainda

registram-se práticas de artesanato, apicultura e extrativismo de oleaginosas.

Produtos do sistema de beneficiamento no Território:

- **Cana-de-açúcar** - Cachaça, rapadura, açúcar mascavo e melaço, em todos os municípios (exceto São Felix do Coribe), além de ter os sub-produtos (bagaço, vinhoto e folha) como destino de alimentação animal e fonte de energia.
- **Mandioca** - Farinha, tapioca, beiju, fécula, ração, beneficiada em casas de farinha artesanais.
- **Milho** - Fubá (beneficiado numa fábrica em Santa Maria da Vitória – médio porte), ração.
- **Feijão** - sistema de beneficiamento ou transformação ainda deve ser implementado.
- **Arroz** - Beneficiado em unidades rudimentares em todos os municípios.
- **Hortifrutigranjeiros** - Polpas (Santana e Santa Maria) - Fábrica de temperos (três unidades em Santana, uma em Santa Maria) - Fábrica de doces, de médio porte (Santa Maria, Santana e Correntina).
- **Pecuária de leite** - Produção de leite pasteurizado, manteiga, queijo, requeijão, iogurte, doces, de forma artesanal presente em todos os municípios. A produção em maior escala está vinculada às indústrias de Santana (iogurte e leite pasteurizado), Serra Dourada (queijo muzzarela e manteiga), Jaborandi (queijo muzzarela, doces), Santa Maria da Vitória (queijo muzzarela, manteiga, leite pasteurizado, doces). Todas estas de capital privado, sem a presença de cooperativas.
- **Pecuária de corte** - Vendas de animais. Há um frigorífico em Santa Maria da Vitória, além de dois abatedouros em Jaborandi e Serra Dourada.
- **Ovinocaprinocultura** - Não há o beneficiamento da carne, do leite nem do couro.

- **Artesanato** - Pintura de quadros, esteiras, peneiras, chapéu, bolsas, balaios e bordados. Aviamentos em couro. Carrancas, carros de boi.
- **Apicultura** - Casas do Mel nos municípios de Santa Maria, São Félix, Santana, Canápolis e Correntina.
- **Extrativismo** - Argila, cal, brita em todos os municípios. Extração de areia lavada (Jaborandi, Coribe, Santa Maria, São Félix, Correntina e Santana).
- **Oleaginosas** - Ainda em cultivo. Plantada para o Programa Biodiesel.
- **Soja e Café** - Beneficiados por três fábricas em Santana e Santa Maria
- **Algodão** - em Santana, Jaborandi, Cocos e Correntina há o beneficiamento (desencaroçamento).

Todas estas são culturas voltadas para a grande produção (agronegócio), excluindo atualmente a agricultura familiar.

SITUAÇÃO DAS ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS

Baseada numa visão tradicional de produção que marcava o desenvolvimento rural, as atividades que tiveram maiores incentivos estavam ligadas basicamente às atividades agropecuárias. Contudo, a noção de território pensada pela SDT, pressupõe a ampliação do universo econômico e da participação dos sujeitos nele inseridos.

Dessa forma, o incentivo às atividades não-agrícolas sustenta a idéia de desenvolvimento que englobe o incremento de renda e geração de emprego do Território da Bacia do rio Corrente, onde a demanda por crédito estabelecida pelas instituições participantes das discussões sobre o Plano Safra Territorial para o período 2007/2011 proporcionaria investimento na agroindústria e artesanato.

CULTURA

Quanto aos órgãos gestores de cultura, o Território da Bacia do Rio Corrente atualmente não possui nenhuma secretaria exclusiva de Cultura como consta a Tabela abaixo

CONDIÇÃO INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS GESTORES DE CULTURA DAS CIDADES DA BACIA DO RIO CORRENTE

Condição institucional do órgão gestor de cultura Bacia do Rio Corrente, Bahia - 2009

Discriminação	Bacia do Rio Corrente		Bahia	
	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%
Secretaria exclusiva/fundações	0	0,0	21	5,0
Secretaria em conjunto com outras políticas	10	90,9	313	75,1
Setor subordinado a outras instâncias de governo	1	9,1	82	19,7
Não possui estrutura específica	0	0,0	1	0,2
Total	**11**	**100,0**	**417**	**100,0**

Fonte: Secult – Perfil do Território – outubro/2009

Quanto a Conselhos, Fundos de Cultura e órgão gestor de cultura, não possuía a criação/funcionamento em nenhuma cidade do território da Bacia do Rio Corrente em 2009, entretanto em 2010 foram criados 7 conselhos e 6 fundos municipais:

Tabela: CONSELHOS, FUNDOS DE CULTURA E ÓRGÃO GESTOR DE CULTURA

Município	Conselho	Fundo	Nome do Órgão Gestor	Tipo de política associada a cultura
Brejolândia	NÃO	NÃO	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Lazer	Educação, Esporte e Lazer
Canápolis	NÃO	NÃO	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo	Educação, Esporte e Lazer
Cocos	NÃO	NÃO	Secretaria de Educação	Educação
Coribe	NÃO	NÃO	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte	Educação e Esporte
Correntina	NÃO	NÃO	Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto	Turismo e Esporte
Jaborandi	NÃO	NÃO	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	Educação e Esporte
Santa Maria da Vitória	NÃO	NÃO	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte	Educação e Esporte
Santana	NÃO	NÃO	Secretaria de Cultura, Turismo e Cerimonial	Turismo e Cerimonial
São Félix do Coribe	NÃO	NÃO	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Educação, Esporte e Lazer
Serra Dourada	NÃO	NÃO	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Educação, Esporte e Lazer
Tabocas do Brejo Velho	NÃO	NÃO	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Educação, Esporte e Lazer

Fonte: Secult – Perfil do Território – outubro/2009

É notória a falta de política municipal direcionada na determinação de orçamento exclusivo à cultura no território como consta na Tabela 02 onde as secretarias são associadas a outras secretarias/setor de governo como também as deficiências às suas gestões quanto a ausência de conselhos, fundos, sistemas como consta na Tabela 03. Entretanto, na Figura 04 mostra-se que o território da Bacia do Rio Corrente possui de 61 a 70% dos municípios com orçamento para a cultura:

No Território da Bacia do Rio Corrente, não possui nenhum equipamento cultural como teatros, salas de espetáculos e/ou cinemas; apenas na cidade de Jaborandi possui um centro cultural municipal porém sem infra-estrutura como sonorização, iluminação cênica e ar condicionado; também é notório a ausência de museus onde dentre as 11 cidades apenas a cidade de Correntina possui um museu municipal; e faz-se necessário observar também que dentre as 11 cidades apenas duas: Cocos e Santa Maria da Vitória, possuem entidades da sociedade civil que estão identificados e desenvolvendo trabalhos como Pontos de Cultura, como outros dados a saber:

Tabela: EQUIPAMENTOS CULTURAIS DA BACIA DA RIO CORRENTE – 2009

Municípios	Pontos de Cultura	Bibliotecas públicas	Museus	Teatros ou salas de espetáculos	Estádios ou ginásios	Cinemas	Centro de Cultura
Brejolândia	0	1	0	0	2	0	0
Canápolis	0	1	0	0	1	0	0
Cocos	1	1	0	0	0	0	0
Coribe	0	1	0	0	1	0	0
Correntina	0	1	1	0	1	0	0
Jaborandi	0	1	0	0	1	0	1
Santa Maria da Vitória	2	1	0	0	2	0	0
Santana	0	1	0	0	1	0	0
São Félix do Coribe	0	1	0	0	0	0	0
Serra Dourada	0	1	0	0	1	0	0
Tabocas do Brejo Velho	0	1	0	0	0	0	0
Total	**3**	**11**	**1**	**0**	**10**	**0**	**1**
Total na Bahia	**220**	**441**	**116**	**166**	**504**	**43**	**118**
% do Território no Estado	**1,36**	**2,27**	**0,86**	**0,00**	**1,98**	**0,00**	**1,69**

Fonte: Secult – Perfil do Território – outubro/2009

Existiram de 2005 a 2009 como consta na abaixo, repasses de recursos do Fundo de Cultura da Bahia para os 11 municípios do território da Bacia do Rio Corrente; entretanto observa-se que em 2009 existiu forte diminuição em todos os municípios, seja por causa da diminuição de recolhimento de impostos das cidades, seja pela ausência de projetos ou por outros motivos relevantes tais como: crise financeira mundial, diminuição do orçamento, etc. Especificamente Santa Maria da Vitória recebeu em 2009 o valor de R$ 5.491,12 comprovando alguns fatores como: a ausência de política municipal de registro dos recolhimentos dos impostos perante o segmento de serviços e produtos, além da ausência de fiscalização do posto avançado do Sefaz na entrada da cidade.

Tabela: REPASSE DE RECURSOS DO FUNDO DE CULTURA DA BAHIA TERRITÓRIO VELHO CHICO– 2005 a 2009

MUNICIPIOS	2005	2006	2007	2008	2009
Brejolândia	R$ 2.666,25	R$ 2.700,79	R$ 5.217,33	R$ 5.286,31	R$ 3.005,74
Canápolis	R$ 1.530,75	R$ 1.507,39	R$ 2.825,21	R$ 2.968,98	R$ 1.738,96
Cocos	R$ 8.467,88	R$ 8.840,86	R$ 15.883,64	R$ 16.061,00	R$ 9.259,59
Coribe	R$ 3.457,50	R$ 3.367,04	R$ 6.023,33	R$ 6.204,06	R$ 3.636,77
Correntina	R$ 17.189,25	R$ 22.229,15	R$ 49.449,64	R$ 42.287,12	R$ 21.042,12
Jaborandi	R$ 8.383,13	R$ 8.648,16	R$ 19.486,09	R$ 20.480,77	R$ 11.732,24
Santa Maria da Vitória	R$ 4.901,25	R$ 4.718,24	R$ 8.775,40	R$ 9.195,29	R$ 5.491,12
Santana	R$ 4.647,75	R$ 4.440,40	R$ 7.926,01	R$ 7.792,26	R$ 4.518,44
São Félix do Coribe	R$ 2.341,13	R$ 2.391,69	R$ 4.836,98	R$ 5.331,59	R$ 3.107,99
Serra Dourada	R$ 2.561,25	R$ 2.605,40	R$ 4.978,19	R$ 4.825,90	R$ 2.761,68
Tabocas do Brejo Velho	R$ 2.230,50	R$ 2.237,75	R$ 4.333,39	R$ 4.399,09	R$ 2.596,66
Total	R$ 60.381,63	R$ 65.692,86	R$ 131.742,22	R$ 126.840,38	R$ 70.900,31

Fonte: Secult – Perfil do Território – outubro/2009

A cidade de Jaborandi, possui o valor de R$ 11.732,24, a porcentagem maior de 100% em comparação a Samavi, devido principalmente o recolhimento de empresas do setor de agroindústria localizado na área chamada de “gerais” que faz limite com o estado de Goiás. Observa-se que o Território de Identidade da Bacia do Rio Corrente possui características muito peculiares que muito das vezes dificultam o desenvolvimento das políticas públicas culturais, tais como: distância geográfica da capital do estado para com os municípios, alta taxa de analfabetismo, ausência de políticas públicas educacionais, onde em 11 cidades existem apenas duas únicas faculdades particulares; ausência do governo federal nas políticas públicas, ausência de elementos do sistema municipal de cultura (conselho, plano, fundo específico) nas cidades do território, inexistência satisfatória de equipamentos culturais, a diminuição acentuada dos repasses do fundo de cultura entre outras características.

Nas cidades do território da Bacia do Rio Corrente existem certa “motiva-ação” dos agentes culturais nas práticas culturais, há aceitação e participação das sociedades locais nas atividades culturais desenvolvidas. Existe concentração do poder cultural entre poucos agentes culturais (centralização), há falta de informação e divulgação da existência das linhas de apoio, financiamento, etc., seja pela dificuldade de divulgação nos meios de comunicação local, dificuldade de acessos via terrestre por causa das estradas em má conservação ou pelo gargalo “motivacional”. Algumas ausências também são evidentes: quanto a formação e/ou informação dos agentes culturais para participação em prêmios, editais, etc.; política pública cultural local no tocante à educação patrimonial; incentivos ao fomento à economia cultural; divulgação (visibilidade) de novos agentes culturais/produtos; local específico para prática das atividades culturais e a existência do sistema de cultura municipal. As gestões municipais cultural necessitam do orçamento definido e específico da secretaria de educação e cultura para realização das atividades, tais como: exposições de artes, apresentações culturais, palestras, fóruns, cursos, seminários, etc. Assim as “especificidades” das cidades do território: potencialidades, fraquezas e

necessidades são muito semelhantes. Contudo, dois aspectos são bastante relevantes e que chamam atenção devido a urgência: a primeira é quanto a necessidade da criação e implementação do sistema municipal de cultura e a segunda e mais importante é da necessidade emergencial da intervenção tanto da Representação Territorial de Cultura da Secretaria Estadual de Cultura como das Secretarias Municipais de Educação e Cultura de elaborarem projeto para o levantamento, cadastramento e incentivo dos agentes/atores culturais que se encontram dispersos no município objetivando inseri-los na construção do sistema municipal de cultura, orientando-os, recebendo as suas demandas e possivelmente auxiliando-os para participarem das políticas públicas culturais de incentivos em editais, exposições, feiras, etc.. como também: na coleta de dados e informações específicas das pessoas, patrimônio material e imaterial, instituições públicas ou particulares, costumes, bens de consumo, hábitos e pesquisas nos diversos segmentos da área da cultura; a organização, sistematização, disponibilidade e retro-alimentação sistêmica das informações relacionadas ao setor cultural, e disponibilidade dos dados/informações para diversas áreas de conhecimentos.

Turismo

O programa de desenvolvimento do Turismo-MTUR, apresentado pelo Governo Federal, implantou a reorganização do Turismo, a partir da estruturação dos destinos e produtos turísticos. Apesar de fazer parte do Roteiro Turístico “Caminhos do Oeste“, os municípios de Correntina, Santa Maria da Vitória, São Félix do Coribe e Santana, necessário se faz a inclusão dos demais municípios do Território nesse roteiro, ou melhor, criarmos um sub-roteiro da Bacia do rio Corrente. Nessa perspectiva é necessário desenvolver as estruturas dos destinos turísticos, com o objetivo de criar produtos e roteiros turísticos territoriais, uma vez que o TBRC é rico nos seguintes segmentos: Turismo Social; Eco turismo; Turismo Cultural; Turismo de Esporte; Turismo de Pesca; Turismo Náutico; Turismo de Aventura, Turismo de Negócios e Eventos e Turismo Rural.

INFRA-ESTRUTURA

SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Os municípios de Santana e Serra Dourada a partir do ano de 2009 estão sendo abastecido com um grande projeto que capta a água do Rio Corrente na localidade de Porto Novo em Santana, onde a empresa responsável pela distribuição e manutenção e a EMBASA e os municipios de Brejolândia, Canápolis e Tabocas do Brejo Velho está na face final de conclusão da obra.

Já os municípios de Santa Maria da Vitoria, São Felix do Coribe, Coribe, Cocos, Jaborandi, Correntina e Brejolândia são administradas individualmente pelas Empresa SAAE e Embasa e são captadas pela água do Rios Regionais e poços Artesianos.

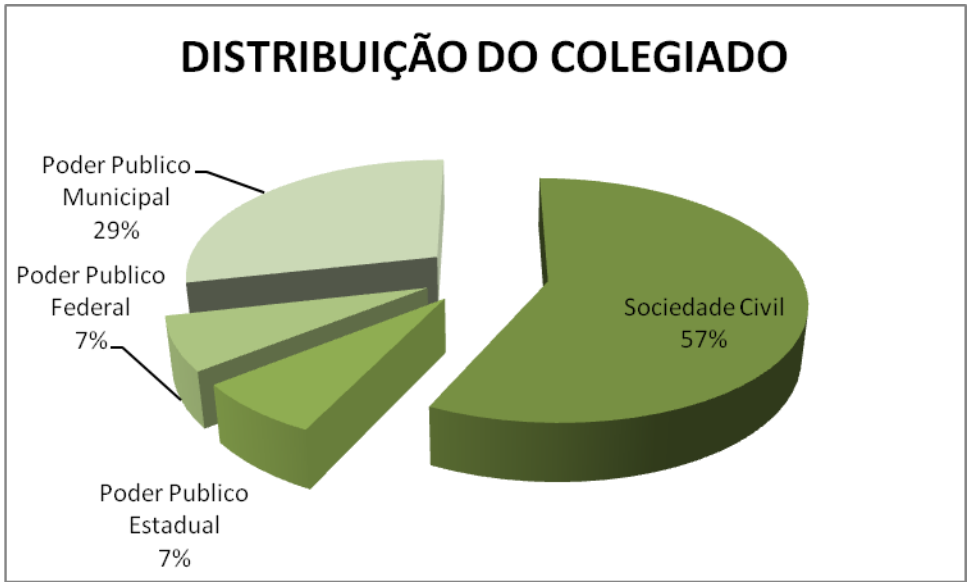
São Felix do Coribe

Correntina

Através das oficinas foram propostas as sugestões para melhorar o sistema de abastecimento de água como a obtenção de outorga da ANA/INGÁ; Proteção/controle do acesso às captações; Ampliar a cobertura de água tratada para a zona rural; Obtenção de licença ambiental no IMA; Contratação de responsável técnico devidamente registrado no CREA/BA; Monitoramento e controle adequados; Implementar PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e PCMSO (Programa Controle Médico e Saúde Ocupacional); Disponibilizar EPI's; Implantação de sistema de reuso da água de lavagem dos filtros; Implantação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos nas ETA`s; Operação e manutenção adequados e Treinamento e capacitação.

GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

Em 2005, representantes da região foram convidados para uma reunião onde ocorreria o reconhecimento do então Território do Oeste, na cidade de Barreiras. Contudo, o grupo ali presente manifestou o sentimento do "não pertencimento" àquele novo Território. A partir daí, principiou-se o trabalho de mobilização e articulação para o reconhecimento do Território da Bacia do Rio Corrente, com o pedido de reconhecimento do mesmo junto à Coordenação Estadual dos Territórios – CET. Após análise e aceitação da proposta, o grupo constituído encontrou-se a fim de preparar o levantamento quantitativo e qualitativo da região. A implicação de tudo isso foi produto de extensas assembléias, do grupo de articulação com lideranças locais. Essa celeridade permitiu envolver em pouco tempo um maior número de atores sociais, representantes de instituições e do poder público constituído, trazendo uma visão mais completa do Território, onde se firmou o comprometimento nas parceiras para as estratégias de desenvolvimento sustentável do Território.



NOME TERRITÓRIO	BACIA DO RIO CORRENTE

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO TÉCNICO

Nome do membro	Organização	Titular suplente	Categoria
Maria Madalena dos S.	MMUC	Suplente	S.Civil
Ailson Moreira dos S.	Escola Família Agrícola de Correntina	Titular	S. Civil
Alcir Souza Paes	STR de Coribe	Titular	S. Civil
Adenilton Alves Paz	MTA-Mov.dos Trab.A. e Assentados	Titular	S. Civil
	ABC	Titular	S.Civil
João Francisco Ribeiro	BNB- Agencia de Sta.Ma.da Vitória	Titular	P.Publico
Dailton Alves de Oliveira	Prefeitura Municipal de Coribe	Titular	P.Público
Joao Batista Soares F.	Ingá	Titular	P. Publico
Cleudir da Silva Neves	Ingá	Suplente	P. Publico
Carlos Raimundo Lisboa	Prefeitura Municipal de S. Maria da Vitória		P. Público
Leonardo Tonhá Alves	Prefeitura Municipal de Santana	Suplente	P.Publico

COMPOSIÇÃO DO DIRETIVO

Nome do membro	Organização	Titular suplente	Categoria
Valter Gomes Neri	Prefeitura Municipal de São Félix do C.	Titular	P.Publico
Hannes Tavares de M.	Prefeitura Municipal de Correntina	Titular	P.Publico
Nordeni da Costa	Conab	Titular	P.Publico
Adailton da Silva	Prefeitura Municipal de Cocos	Titular	P.Publico
Laurindo Lemos da S.	STR de Santa Maria da Vitória e SFC	Titular	S. Civil
Juscelino da Silva C.	SINDICATO DOS TR COCOS	Titular	S. Civil
Washington Antonio S.	Associação Vale do Rio Corrente	Titular	S. Civil
Elio de Jesus	PJMP – Pastoral da J. do Meio Popular	Titular	S. Civil

INSTANCIAS QUE COMPÕEM O COLEGIADO TERRITORIAL

- ACEFASA- Associação
- ACEFARCA - Associação Comunitária da Escola Família Agrícola de Correntina e Arredores
- AVRC- Associação Vale do Rio Corrente
- IBAMA – Instituto de Meio Ambiente
- ECOSOL- Cooperativa de Créditos Solidários
- COEDUC- Cooperativa de Educadores de são Felix do Coribe
- Cooperativa Agroindustrial Mãos Unidas
- MMUC – Movimento de Mulheres Unidas na Caminhada
- Sociedade das Filhas de Fátima
- MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

- PJMP – Pastoral da Juventude do Meio Popular
- MTC – Movimento do Trabalho e Cidadania
- MTA – Movimento dos Trabalhadores Acampados
- FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coribe;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canápolis;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cocos;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Correntina;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sta Ma. da Vitória e São Felix do Coribe.
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaborandi;
- Movimento dos Atingidos por Barragens
- ABC – Associação da Bacia do Rio Corrente
- Pastoral da Criança da Diocese de Bom Jesus da Lapa
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejolandia;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tabocas do Brejo Velho;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santana;

VISÃO DE FUTURO

"Promover ações que possibilite o desenvolvimento e a formação de um território forte e igualitário onde todos tenham acesso às informações e disponham de comunicação eficiente".

Território Sertão produtivo

A ampliação social e econômica do Território da Bacia do Rio Corrente mostra-se mais acentuada em decorrência da metodologia de diagnóstico territorial da região. Através das Oficinas Territoriais, percebeu-se que os vários pontos de consonância entre os integrantes do território Assim, a Visão de Futuro revela-se o prognóstico do saldo das ações procedentes dessa inovação, que vem a ser a observação territorial de realidade. As propostas de desenvolvimento recomendadas no PTDRS visam, em primeiro plano, o incremento sócio-econômico da população, por meio de políticas públicas que acolham suas necessidades fundamentais. Por meio do Desenvolvimento Sustentável, o Território do Rio Corrente visa superar as desigualdades sociais para, em última etapa, atingir a excelência na qualidade de vida para todos. Tais demandas se concretizam de forma geral pela defesa do Meio Ambiente, pelo apoio à Agricultura Familiar, pelo avanço nas áreas de Educação e pelo desenvolvimento da Cultura local.

Neste contexto, a Visão de Futuro almeja o desenvolvimento territorial por meios da Educação Contextualizada que possa expor os conteúdos da realidade local, da conservação do Meio Ambiente que defenda a terra como seu principal meio de produção, da relevância da Agricultura Familiar na agropecuária regional e das ações auto-afirmativas de valorização da Regionalidade e da Diversidade Cultural inerentes à população do Rio Corrente.

O fomento destes eixos aglutinadores consolida-se pelo processo participativo de planejamento, organização e controle das políticas públicas a partir da firme mobilização de toda Sociedade Civil e do Poder Publico da Bacia do Rio Corrente. São as estratégias que pretendem fazer da região um espaço atrativo para investimentos locais e externos, levando-se em conta suas vocação econômica, habilidades produtivas locais e as circunstâncias favoráveis aqui existentes. Uma delas tem caráter geográfico: o território está situado entre a capital do Estado e a capital da República. Do ponto de vista econômico, faculta solos férteis e recursos hídricos em abundância. Por acreditar nesse futuro promissor e principalmente pelas potencialidades enunciadas neste plano, as medidas propostas serão implantadas nos municípios, a partir do planejamento territorial baseado nos eixos estratégicos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO

Buscando garantir a ampla participação dos diversos setores sociais existente nos onze municípios que compõem o Território da Bacia do Rio Corrente, o PTDRS vem a ser a ferramenta orientadora na elaboração de políticas públicas estaduais e federais para a região, visando o seu desenvolvimento econômico sustentável. Do mesmo modo, labora como utensílio de consulta para os gestores municipais no que tange à aplicação de recursos e otimização de projetos. Abrange-se, nesse contexto, a idéia de que a agricultura, tida como principal atividade de produção da região, não se sustenta por si, o que torna necessário para o desenvolvimento regional, a descoberta de novas fontes de renda para as famílias que subsistem das atividades agropecuárias. As iniciativas rurais não agrícolas também necessitam de apoio, pois delas advêm um campo de novas oportunidades de geração de renda para as comunidades interioranas. Assim, este Plano Territorial se propõem a orientar programas e projetos específicos em prol do desenvolvimento rural igualitário e sustentável dos municípios do Rio Corrente.

O presente Plano descreve de modo meticuloso as características socioeconômicas e ambientais do Território e serve de insumo para a implementação de ações de planejamento, controle e gestão social do desenvolvimento regional. Também ambiciona contribuir para uma melhor aplicação de recursos públicos destinados ao Território da Bacia do Rio Corrente criando uma sintonia entre poder público e sociedade civil, assim como aperfeiçoar o intercâmbio entre as distintas políticas governamentais desenvolvidas na região. Assim, o Plano oferece possibilidades legítimas de controle social mais austero de tais políticas públicas, pois conta com a participação de organizações da sociedade civil desde a sua origem, o que qualifica esta influência.

O fortalecendo da economia local e do mercado interno se concretiza a partir da aplicação dos programas voltados em prol da agricultura familiar. Tem-se como conseqüência, um efeito multiplicador que favorecerá a população como um

todo. Deste sentido, ações de ajuda técnica na área rural funcionam como base para se alcançar o sucesso da política de créditos para a agricultura familiar. É imprescindível que o território, sintonizado ao processo de elaboração deste PTDS possa pensar na estruturação de uma política de Assistência Técnica de médio e longo prazo para a região da Bacia do Rio Corrente, onde a geração de renda, os aumento qualitativo dos indicadores sociais, a sustentabilidade, a agroecologia e o respeito as relações culturais sejam prioritários.

EIXOS AGLUTINADORES

EIXO I – Fortalecimento da Agricultura Familiar

A produção familiar atravessa um processo global de empobrecimento sistemático. As populações aumentam, as propriedades rurais estão se tornando menores, devido à degradação ambiental, assim como a produção “per capita” de alimentos estagnou ou está diminuindo. Mesmo assim a agricultura familiar é responsável por 49% das ocupações rurais no Brasil, utilizando apenas 35% das áreas agricultáveis do país, em 2007. Entretanto, não se deve confundir essa agricultura familiar com agricultura de subsistência, camponesa, produtora exclusiva de alimentos.

A ciência da Agroecologia pode fornecer as diretrizes ecológicas para que o incremento tecnológico seja determinado na direção certa, porém, as mote tecnológico tem papel peculiar no processo, servindo como uma estratégia do Desenvolvimento Rural que incorpore os problemas econômicos e sociais da região a ser beneficiada. Assim, a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER assinalar a Agroecologia como padrão teórico referencial e a agricultura familiar como a alicerce social para suas ações, propondo a valorização do conhecimento dos agricultores e a seu acoplamento com as informações científicas para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

A Bacia do Rio Corrente é atualmente uma fronteira agrícola em expansão. Tendo as famílias de agricultores como público-alvo, o apoio e de viabilização de recursos das instituições governamentais, nas esferas Municipal, Estadual e Federal, são mais que necessárias para promover a cobiçada melhoria na distribuição de renda e minimizar as injustiças sociais. O plano objetiva assim, promover ações de autosustentabilidade e rentabilizar as atividades da agricultura familiar, através da adequação de tecnologias, infra-estrutura produtiva, organização e comercialização.

Para tanto, fazem-se necessários investimentos de infra-estrutura desde a produção, beneficiamento e comercialização; assim como a viabilização de agroindústrias e mini usinas para agregação de valor ao produto primário da

agricultura familiar. Outras idéias são as viabilizações de cursos, dias de campo, seminários, simpósios, treinamento coletivo e a formação de associações cooperativas e grupos produtivos para o maior desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e fortalecimento da economia do território.

As metas em prol dos núcleos familiares de trabalhadores rurais, passam pela viabilização de recursos para capacitação a curto prazo.; por uma melhor Infra-estrutura (transporte e armazenamento) a médio prazo e pela modificação do cenário atual do agricultor familiar (melhoria de renda, perspectiva de padrão social e nutricional) a longo prazo. Especificadamente, destaca-se a viabilização célere do Programa Luz para Todos, a diversificação da propriedade familiar e o incentivo do surgimento de novas cadeias produtivas, promovendo a estruturação de atividades já presentes no território tornando-se produtivas e rentáveis ao pequeno produtor. Uma estratégia adequada neste sentido seria a formação de parcerias entre entidades públicas e privadas para promoção do desenvolvimento econômico, a exemplo da CODEVASF, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, SEDES, MDA e Ministério da Integração Nacional.

Programas: ATER PARA TODOS

Objetivos:
Disponibilizar Assistência Técnica de Qualidade para Todos os Agricultores Familiares, comunidades quilombolas, grupos indígenas e áreas de Assentamento que garanta a sustentabilidade da propriedade, o respeito ao meio ambiente e a valorização da cultura e tradição.

Projetos	Principais Metas
ATER CONTINUA E PARA TODOS NO CORRENTE	• Expansão da Assistência Técnica para todos os municípios com capacitação para os agricultores e seus filhos • Melhorar o serviço de assistência técnica prestado pela EBDA

	• Disponibilizar pessoas para elaboração de projetos do PAA e PNAE • Assistência técnica para os agricultores familiar com mais permanência no atendimento;

Programas: PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Objetivos:
Fomentar e estruturar programas de preservação ambiental nas propriedades rurais, comunidades e sede dos municípios do Território.

Projetos	Principais Metas
POLÍTICAS PUBLICAS PARA O MEIO AMBIENTE	• Homologar leis de proteção ao Cerrado viabilizando recursos; • Fazer vale as leis de proteção as matas ciliares as margens do rio e recursos de reflorestamento; • Fortalecimento Fiscal através do IBAMA em proteção aos animais silvestres e combate as queimadas clandestinas • Maior controle de uso de agrotóxicos as margens do rios. • Criar uma lei que o cerrado seja protegido com a mata atlântica • Garantir os fundos e feixes de pasto; • Facilitar respeitando a legalidade a pequena produção, o aproveitamento do

	material lenhoso, reduzindo a disparidade com concorrência; • Proibir a exploração do cerrado e da caatinga por estrangeiros; • Criar brigadas de incêndio para combater o fogo das queimadas; • Criação de Parques ambientais;
INFRA ESTRUTURA PARA O MEIO AMBIENTE	• Viabilizar Recursos para implantação de uma Unidade de monitoramento das águas; • empresa de Reciclagem de Lixo; • Viabilizar recursos para saneamento básico e tratamento de águas e esgoto; • Criar várias filiais do IBAMA e fazer valer a lei e dar mais suporte nos atendimentos em geral; • Melhorar estrutura do IBAMA na fiscalização do desmatamento e pesca irregular;
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	• Valorizar as plantas medicinais; • Conscientizar a população rural e ribeirinhas para as leis ambientais;Incentivar a produção orgânica;

Programas: FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Objetivos:

Fortalecer os agricultores familiares através do acesso a políticas publicas e a investimento que melhorar o sistema de produção, comercialização e transformação.

Projetos	Principais Metas
ACESSO AS POLÍTICAS PUBLICAS	• Melhorar a divulgação dos programas Mais Alimentos para facilitar o acesso ao Programa dos Agricultores • Facilitar ou diminuir burocracia dos projetos para investimentos dos pequenos produtores; • Mudança de critério com relação a inadimplência dos agricultores familiares, para que eles venham a ser contemplados com os recursos via território. • Capacitação e acompanhamento técnico aos empreendimentos da economia solidaria • Atuação constante da EDBA nas atividades da agricultura familiar
GESTÃO ORGANIZACIONAL	• Melhor credibilidade dos movimentos sociais; • Montar cooperativa a nível territorial;

	• Criação de bando de dados no território para exportação • Criação de um Sistema Informação Territorial da Agricultura Familiar; • Formação de rede das instituições que representam os agricultores familiares STR, Cooperativas, associações. • Contratação de articuladores – mobilização social • Investimentos em multiplicadores dos cursos realizados; • Juristas – consultorias • Continuidade, ampliação dos recursos técnicos; • Sede própria do território.
INFRA-ESTRUTURA	• Fortalecimento da Bacia Leiteira - aquisição de tanques de laticínios comunitários; • Beneficiamento da Cultura da Mandioca; • Criação de banco de sementes crioulas; • Implementos para o preparo do solo • Reformas e construção de estradas vicinais e BA 172 no trecho Cocos – Santa Maria da Vitoria para o

	escoamento da produção • Infra-estruturar móvel para beneficiamento de produtos como: mandioca, caju, pequi, cana-de-açúcar, milho etc. • Construção de Abatedouros municipais • Agroindústria para processamento de frutas; • Entre posto de comercialização de hortifruticultura; • Incentivo e capacitação para a criação de gado leiteiro e corte; • Capacitação e formação de lideranças rurais • Ampliação das possibilidades de processamento dos frutos do cerrado, bem com outros produtos agrícolas

EIXO II – Democratização da Terra e da Água e Regularização Fundiária

Programa: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO TERRITÓRIO DO CORRENTE

Objetivos:
Regularizar e reconhecer a áreas dos pequenos agricultores, Lotes individuais e coletivos, fundo de feixes de pastos, acampamentos e assentamentos rurais e urbanos.

Projetos	Principais Metas
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIAS E ACESSO AS TERRAS	• Regularização das terras: áreas individuais e coletivas(reservas extrativistas, fundos e feixe de pasto); • Titulação das áreas coletivas e individuais; • Ação Discriminatória nas áreas já reconhecidas; • Projeto para realização de estudo prepositivo para reconhecimento das comunidades que já foram identificadas; • Reconhecimentos dos Territórios de Quilombos; • Agilizações dos Projetos e documentos; • Divisão dos lotes individuais;

Programa: FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS NAS ÁREAS DE PRODUÇÃO DOS ASSENTAMENTO E ACAMPAMENTOS

Objetivos:
Fortalecer e aumentar a comercialização da agricultura familiar utilizando as políticas publicas, incentivar e estruturar a produção.

Projetos	Principais Metas
POTENCIALIZARÃO DA TERRA PELA NATUREZA	• Incentivo a produção orgânica; • Aproveitamento dos Frutos do Cerrado; • Melhoria da qualidade das terras destinadas a reforma agrária; • Cisterna de Produção para Horticultura; • Hortas comunitárias • Equipamentos agrícolas; • Reforma agrária com terra de boa qualidade e dar sustentação aos assentados;
VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS POPULARES	• Valorização das culturas populares negras: capoeira, reisado;
COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	• Organização da Produção e comercialização: cana de açúcar, mandioca, manga, banana; • Espaço diferenciado nas feiras para comercialização dos produtos

	orgânicos; • Criação de Associações e cooperativas de industrialização e comercialização; • Escoamento da produção (mercados); • Incentivo ao Cooperativismo; trabalho coletivo; • Cooperativismo – uma cooperativa de comercialização para os produtos de todo território;
ATER PARA TODOS	• Assistência Técnica permanente; técnico que seja do Assentamento (filhos dos produtores). • Formação: cursos, seminários, treinamentos; • Assistência Técnica as comunidades; áreas coletivas; áreas de pequenos proprietários; fundo de pasto; • Formação: cursos, oficinas sobre associativismo, cooperativismo; capacitação de convivência com a seca; • Assistência técnica permanente e sistemática; • Acesso ao crédito com maior rapidez; • Criação do Programa Nacional de Assistência Técnica (Técnico Agrícola

	Comunitário).
POTENCIALIZAÇÃO E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE	• Acompanhamento dos órgãos ambientais; • Preservação das nascentes, fauna e flora; • Formação: cursos, oficinas sobre conservação ambiental; • Aceleração na emissão de licença e averbação; • Conservação ambiental com relação das águas; • Cursos e informática; • Mapeamento do cerrado feito pelo território;

EIXO III – MEIO AMBIENTE

O aumento populacional na região vem causando evidentes impactos na área rural das áreas abrangidas pelos altos e médios cursos da Bacia do Rio Corrente. Isso se deve à extensão das atividades agropecuárias. A ocupação não planejada tem causado a redução de áreas de vegetação nativa, assim como colocado em risco às espécies da flora e fauna locais, diminuindo a fertilidade dos solos, e aumentando o desmatamento, as queimadas e a drenagem das áreas de matas de galeria, vereda e campo úmido, além do uso indiscriminado de agrotóxicos, Assim, o manejo da terra causa a degradação atual da vegetação nativa, com implantação de pecuária extensiva e o uso alternativo do solo para

plantio de grãos, causando o desmatamento indiscriminado e queimadas nas Florestas Estacionais e Áreas de Transição.

As principais recomendações com vista a assegurar a preservação de determinadas áreas são a implantação de Unidades de Conservação na nascente do Rio Corrente, assim como nas matas de galerias, veredas e campo úmido da sua bacia e do Itaguarí, além da criação de Áreas de Proteção Ambiental – APA's, em especial no complexo da Gruta do Padre.

Nesse ponto de vista, sugere-se um projeto sustentável original de desenvolvimento para o meio rural da região, ancorado no reordenamento agrário, na Reforma Agrária e no fortalecimento da agricultura familiar. Sendo a agricultura e pecuária as principais atividades econômicas dos onze municípios em questão, justificam-se as ações de proteção e conservação de seu principal meio de produção: a Terra e seus recursos naturais. Para tanto, é imperativo o cumprimento da legislação ambiental na região, a fim de se promover seu desenvolvimento auto-sustentável, considerando os aspectos edafoclimáticos.

O intento do Plano quanto ao meio ambiente, incluem a proteção e conservação dos recursos naturais não renováveis e renováveis; a promoção de benefícios tecnológicos na área de manejo e conservação do solo e a promoção e incentivo à expansão da agricultura orgânica no território. As estratégias para se alcançar tais metas são inúmeras, a começar pela realização de cursos de capacitação de produtores na área de agricultura orgânica; pelo uso racional de recursos naturais, manejo e conservação de solo e pela promoção de feiras especializadas em produtos orgânicos de forma a valorizar esta cultura. Além disto, a recuperação de áreas degradadas e reflorestamento, a recuperação de nascentes, a introdução da educação ambiental nas escolas voltada à preservação e a mudança do modelo agrícola para agricultura ecológica.

Os problemas ambientais vigentes na Bacia do Rio Corrente e conseqüentemente em todo o território requerem ações especificar, como:

- Fiscalizações ambientais efetivas, requerendo uma melhor e maior integração técnico - operacional-institucional de órgãos como IBAMA, CRA, SEMARH e Secretarias Municipais de Meio Ambiente;

- Promoção de programas de Educação Ambiental para os diversos segmentos da sociedade;
- Criação de categorias de unidades de conservação que propiciem a conservação da biodiversidade da região;
- Enquadramento em classes de uso dos Rios da Bacia do Rio Corrente e Itaguarí;
- Controle sobre a comercialização, o armazenamento, o uso e destinação dos agrotóxicos;
- Monitoramento da qualidade dos recursos hídricos superficiais, proteção e recomposição de mata ciliar de suas nascentes, vales e veredas;
- Combate as queimadas, carvoarias ilegais ou clandestinas, bem como efetivo monitoramento dos transportadores de produtos de origem florestal;
- Monitoramento do desmatamento e a produção de carvão depois da autorização pelo órgão ambiental (SEMARH);
- Elaboração de um novo Plano Diretor dos Recursos Hídricos da região da Bacia do Rio Corrente e Itaguarí;
- Revisão da Legislação Estadual que permite o proprietário rural a fazer Reserva Legal em compensação, obrigando-o a fazer no próprio imóvel, e se possível interligando sua Reserva com outras através de Corredor Ecológico.

Programa: MEIO AMBIENTE QUE QUEREMOS

Objetivos:

Melhorar o sistema de fiscalização e controle do meio ambiente do Território levanto encontra a sustentabilidade e o respeito a natureza.

Projetos	Principais Metas
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CORRENTE	• Ações de educação Ambiental que envolvam as instituições públicas, a sociedade civil, os movimentos sociais e os empresários • Participação das comunidades das decisões • Transparências nas ações e decisões • Capacitação para agricultores sobre alternativas de produção agropecuária sustentáveis • Educação Ambiental nas escolas e capacitação para professores • Educação de qualidade nas escolas • Discutir o modelo energético envolvendo nossos rios • Promoção de uma política de geração de trabalho e renda • Fortalecimento das organizações sociais • Campanhas educativas aos produtores e comunidades rurais;
	• Atuação efetiva dos órgãos públicos • Fiscalização e cumprimento das leis • Reforma Agrária e legalização das terras • Acompanhamento e fiscalização com relação aos estudos de empresas que desenvolvem atividades impactantes • Atuação da Promotoria Pública • Moratória do Cerrado, reflorestamento e diversificação de culturas

	• Intensificar a fiscalização nos períodos chuvosos; • Análise das licenças de outorga • Vigilância Sanitária atuante
	• Ampliação do posto de recepção de embalagens vazias do Rosário; • Melhoria no armazenamento em depósitos ; • Rever a atividade pecuária e aumentar as reservas alimentares • Saneamento Ambiental, coleta seletiva e reciclagem;

EIXO IV – EDUCAÇÃO E GÊNERO

No procedimento educativo devem-se respeitar os valores culturais e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo - a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura. Educar os alunos da Bacia do Rio Corrente de forma contextualizada, respeitando as vivências regionais é um desafio constante para os profissionais da Educação. Entre os problemas enfrentados nas escolas, tem-se a falta de investimento na formação continuada de professores e gestores do ensino, adaptação dos currículos das escolas da região e renovação dos materiais didáticos trabalhados, além dos esforços permanentes destinados ao combate ao trabalho infantil ainda presente em grande número nos municípios do território, além de financiamento e fiscalização do transporte e merenda escolares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação prevê que as instituições de ensino adaptem conteúdos curriculares e metodologias aplicadas às reais necessidades e interesses dos estudantes e às peculiaridades de cada região. Ou

seja, estudar conteúdos relacionados à caatinga e ao cerrado é um direito dos alunos que vivem a região da Bacia do Rio Corrente. Essa Lei existe há mais de 12 anos, no entanto, poucas escolas trabalham dessa forma. Todavia, a Educação contextualizada concebe o próprio território do Rio Corrente como tema indispensável nas salas de aula da região, através do enfoque na convivência sustentável dos educadores e educandos com o meio em que vivem. Os padrões típicos regionais, comumente disseminados através de estereótipos, são substituídos pela lógica educativa emancipatória que valoriza a cultura, a história dos municipios, as vivências, a força do povo do Rio Corrente. O território é abordado em suas características peculiares, especificidades e diferenças e buscam-se alternativas, ações viáveis, para a permanência das pessoas na região; e, não, o seu abandono.

Educação Contextualizada é uma maneira exclusiva de se trabalhar os conteúdos de cada realidade, a partir da convivência com meio, fortalecendo os vínculos comunitários, para que cada um possa interpretar o seu contexto e compreender o seu lugar no mundo. Concede assim, as condições necessárias para que os núcleos familiares do meio rural incrementem o cooperativismo, construam a cidadania, resgatando valores culturais. Um dos princípios defendidos na formação oferecida pelas Escolas Famílias Agrícolas – EFA's é a criação de um ambiente propício e favorável à educação integral. Além disso, a educação em contexto potencializa a Agricultura Familiar, construindo oportunidades de melhores condições de vida no campo. Para isso faz-se necessário o máximo de conhecimento da realidade local; o real compromisso com a educação e respeito as com as diferenças étnicas, históricas, culturais e ambientais. Pretende-se a partir dai, o lançamento de um projeto único que possa atender as demandas educacionais dos onze municípios que compõem o Território da Bacia do Rio Corrente, com base nos trabalhos já desenvolvidos pelas EFA's de Santana, Tabocas e Correntina, e em projetos locais de educação contextualizada implantado nos municípios de Santana e Serra Dourada.

Programa: ESTRUTURAÇÃO DA INFRA ESTRUTURA NOS ASSENTAMENTOS

Objetivos:

Melhorar a infra estrutura dentro dos assentamentos dando dignidade e cidadania aos produtores.

Projetos	Principais Metas
MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS ASSENTADOS	• Acesso a água para consumo e produção; • Cisternas de consumo humano e produção; • Praças de lazer; • Melhoria de habitação • Oferecer energia nas residências que ainda não participam do programa Luz para Todos • Construir energia para atender as áreas de produção e transformação dentro dos assentamentos; • Construção de postos de saúde com presença de médicos e dentistas; • Construção e reforma de estradas para acesso e escoamento da produção • Acesso a moradia; • Melhorar educação e saúde;

	• Escolas e creches rurais; • melhoria nas estradas, para o transporte dos alunos;

Programa: EDUCAÇÃO NO CAMPO

Objetivos:
Disponibilizar educação de qualidade nas comunidades tradicionais, assentamentos rurais do INCRA, Credito Fundiário, comunidade Quilombolas oferecendo novas metodologia de ensino e novas estruturas.

Projetos	Principais Metas
EDUCAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PARA ÁREA DE ASSENTAMENTO	• Maior divulgação do PRONERA para inclusão do jovem rural; • Implantação do Curso de Direito da Terra com parcerias com a UNEB e recurso do PRONERA • Técnicos agropecuários e enfermagem;
EDUCAÇÃO PARA TODOS NO CORRENTE	• Melhorar o sistema de educação nos assentamentos, • Alfabetização de jovens e adultos • Implantação e ampliação do TOPA • Maior divulgação do PRONERA para inclusão do jovem rural; • Incentivo do Governo para educação no

	campo; • Inclusão na grade escolar do municípios assuntos ligados a realidade do campo e da propriedade; • Implantação do Curso de Direito da Terra com parcerias com a UNEB e recurso do PRONERA • Educação continuada também nos âmbitos: social, formação de consciência crítica;

Programa: MULHER E PRODUÇÃO

Objetivos:
Fortalecer as atividades das mulheres de forma organizadas com propósito de gerar renda e ocupação dentro do território.

Projetos	Principais Metas
TERRA E GÊNERO	• melhoramento projeto PRONAF; • mais cisternas de produção; • diminuir a burocratização para o acesso aos projetos; • cursos de formação e qualificação profissional; técnicos para acompanhamento dos projetos; • incentivos aos trabalhadores/as para os projetos.

Programa: MULHER E DIREITO

Objetivos:
Garantir as políticas publicas e o direito a cidadania as mulheres do Territorio da Bacia do Corrente.

Projetos	• Principais Metas
DIRETO E CIDADANIA	• equiparação salarial; • acesso ao transporte para a condução da mulher para a escola; • maior engajamento da mulher nas políticas; • trabalhar a questão de gênero na família e na escola; • criação de espaço e lazer; • assistência social sem burocracia.

Programa: **MULHER E SAÚDE**

Objetivos:

Melhorar e oferecer um sistema de saúde adequada para todos os habitantes do Território

Projetos	Principais Metas
INFRA ESTRUTURA DE SAÚDE PARA MULHER	• Implantação Hospital regional com especialidades para mulheres; • Construção novos postos de saúde nas

	comunidades rurais e urbanas; • união e organização do poder público estadual e municipal;
PROGRAMA DE SAÚDE PARA MULHER	• Programas de atendimento ginecológico; • prevenção do câncer de colo do útero, tireóide, depressão e menopausa; • palestras e orientação sexual nas escolas, • esclarecer e efetivar as políticas públicas voltadas para as mulheres.

EIXO V – CULTURA

Estabelecer estratégias auto-afirmativas sócio-culturais de forma a tornar a população pertencente ao Território da Bacia do Rio Corrente valorizando a regionalidade e sua diversidade cultural o grande objetivo do colegiado territorial em desenvolver dentro da bacia. Visto que todos os municípios do nosso território são majoritariamente rurais e ainda existe um potencial considerável de êxodo rural nos municípios, deseja-se com este plano estabelecer estratégias de ações que possibilitem construir uma educação contextualizada nas escolas. Dentro deste mesmo principio se faz necessário incentivar os artistas locais de forma a valorizar a cultura regional, bem como a população reconhecer-se, estabelecendo assim ações auto-afirmativas.

A cultura imaterial no território é comum a todos os municípios; embora alguns a presença de algumas tradições é mais forte, como é o caso da Festa do Divino que aparece com mais força nos municípios de Correntina e Santa Maria da Vitória. Já o Reisado esta presente em todos os municípios. Outras festas e

tradições populares também são praticadas porem com menos intensidade. Temos grandes artistas, poetas, escritores de renome internacional, como é o nome de: Osório Alves de Castro (escritor romancista), Francisco Biquiba de La Fuente Guarany (escultor), Cldomir Santos de Morais (escritor),Jurandi Assis (Artista Plastico), Novais Neto (Poeta), Jairo Rodrigues (Artista Plastico), Becê Atayde (Poeta) e tantos outros que vivem e que viveram no anonimato.

A prática de alguns esportes como fotebol, voleiboll e outras modalidades são algumas das formas de lazer das populações que vivem no território. Além das famosas festas de forró, chula, cantiga de roda, samba de reis, cavalgadas, vaquejadas, entre outras.

Por ser uma região rica em potencial hídrico os rios também são pontos de lazer e diversão em alguns municípios, atraindo multidões de turistas de todos os cantos do país em época de carnaval, São João, feriados prolongados, principalmente nos municípios de Correntina, Santa Maria da Vitória, Jaborandi e Cocos.

Alem de outras riquezas naturais como as grutas, cachoeiras; da riqueza gastronômica, dos frutos do cerrado, da boa cachaça; dos famosos doces empalhados; dos artesanatos, dos bons artistas; da receptividade dos moradores da região; tudo isto ainda é pouco explorado. É necessário maiores investimentos em estradas, hotelarias, serviços especializados e marketing para atrair mais turistas com fins econômicos para a população daqui.

Programa: CULTURA NO CORRENTE

Objetivos:
Garantir as políticas publicas e o direito a cidadania as mulheres do Territorio da Bacia do Corrente.

Projetos	Principais Metas
CULTURA UMA AÇÃO NOSSA	• Inserção na grade curricular de uma matéria que valorize o pensamento e a

	memória de nossa cidade; • Estimular a produção de documentários sobre nossa cidade; • Realizar conferências que desperte o valor das culturas de nossa cidade; • Criar leis municipais de incentivo e manutenção de nossa memória e pensamento; • Resgatar através de festivais e eventos nossos vultos históricos.
PENSAMENTOS E MEMÓRIAS	• Inserção na grade curricular de uma matéria que valorize o pensamento e a memória de nossa cidade; • Estimular a produção de documentários sobre nossa cidade; • Realizar conferências que desperte o valor das culturas de nossa cidade; • Criar leis municipais de incentivo e manutenção de nossa memória e pensamento; • Resgatar através de festivais e eventos nossos vultos históricos.
PATRIMÔNIO IMATERIAL	• Fazer o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos (Currais, Monte Vidinha, Cafundó dos Crioulos e Água Quente); • Festas populares; • Preservação do Rio Corrente; • Tradições Religiosas;

	• Filarmônicas; • Datas Comemorativas (Dia da Consciência Negra, Aniversário da Cidade, Festa da Padroeira...); • Reconhecimento das comunidades indígenas
CULTURA DIGITAL	• Implantação de novos INFOCENTROS e ampliação e melhor funcionamento do atual (Com maior número de monitores); • Criar uma “HOME PAGE” pra divulgar (eventos) a cultura de nosso município; • Informatizar as escolas com computadores e equipamentos do meio como “Data Show” tudo isso sendo acessível e utilizado pelo alunado; • Capacitar e habilitar profissionais para atuação na área.
PATRIMÔNIO MATERIAL	• Parque de Exposição (Francisco Alves); • Prainha do Tamarindeiro; • Ginásio de Esportes; • Estádio (Turibão = Vereador Turíbio de Oliveira); • A Arquitetura primitiva da cidade; • O prédio da antiga Prefeitura; • As Escolas Públicas; • O Brejo do Espírito Santo (Fazer um tombamento).

Considerações Finais

As possibilidades de trabalho no território são amplas e requerem a efetiva articulação dos atores em torno de objetivos comuns. Desta forma, o presente Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável será o instrumento orientador para a indicação de Programas, Projetos e Planos de Trabalho a serem elaborados no conjunto dos onze municípios que integram o Território da Bacia do Corrente. Sendo um produto de responsabilidade do Colegiado, o Plano indica as ações a serem executadas pelos órgãos públicos e pelas organizações da sociedade civil organizada, desenvolvendo negociações sobre prioridade e alocação de recursos para apoiar investimentos que estejam em conformidade com os eixos e ações prioritárias definidas no mesmo.

Existe importante capital social em nossa região, embora que os municípios do território não estejam totalmente articulados para trabalhar em conjunto. Neste sentido, existe um rol de experiências isoladas e interessantes, que pode ser incorporado às ações do Plano. Um exemplo é o esforço para uma nova educação com enfoque no meio rural e agricultura familiar. Outro, o incentivo à geração de emprego e renda com foco na sustentabilidade. Avaliando-se as necessidades regionais imediatas, e também aquelas a serem implementadas a médio e longo prazo, o PTDS permitirá que os gestores municipais planejem suas ações em caráter continuado, rompendo com o pensamento obsoleto de atuação que tinha como limite cronológico o mandato conquistado nas urnas e ainda inserindo uma perspectiva contemporânea de construção do processo de desenvolvimento sustentável duradouro.

O Plano igualmente servir de fonte inspiradora para outros instrumentos de planejamento e execução dentro do Território, contribuindo para a qualificação da participação dos conselheiros municipais e territoriais através da gestão participativa e sistematizando as idéias e sugestões debatidas nas oficinas e seminários territoriais.

Finalmente compete lembrar que o PTDS não é algo cristalizado, a ser abandonado nas gavetas e bibliotecas. Ele deverá ser revisado constantemente, tentando decifrar e compreender as mudanças e exigências da realidade territorial, especialmente se considerarmos os dados populacionais procedentes do recém-concluído Censo Demográfico de 2010. Cabe à população, às entidades e instituições do poder público que participam da implementação das práticas territoriais compreenderem que o PTDS é um documento dinâmico, mais político do que técnico, orientador do desenvolvimento territorial. Assim, será preciso que todos assumam efetivamente o papel de monitorar, criticar e reelaborar o presente Plano, sempre que for considerado necessário, em prol de uma melhor qualidade de vida para toda a população.

ANEXO

Conselho de Desenvolvimento do Território Bacia do Rio Corrente

Seguimento	Instituição	Vagas
Poder Público Estadual	BANCO DO NORDESTE	1
	CONAB	1
	IBAMA ADAB SEMA	1 1
	CAR	1
	INGA EBDA	1 1
Poder Público Municipal	ASSOCIACAO DAS CÂMARAS MUNICIPIPAIS	1
	PREFEITURAS*	11
Sociedade Civil	STR´s**	10
	COOEDUC	1
	COOP.MAOS UNIDAS	1
	ECOSOL AVRC	1 1
	RODA	1
	ASSOCIACAO FILHAS DE FATIMA	1
	MMUC	1
	MAB	1
	ABC	1
	FETAG	1
	PASTORAL DA CRIANCA	1
	PJMP MTA	1 1
	MTC	1

Referências Bibliográficas

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE AGUAS- www.ana.gov.br. consultado em 02/05/2006.

Programa de Ações Estratégias para o Gerenciamento Integrado da Bacia do Rio São Francisco e da Sua Zona Costeira – Relatório Final da ANA/GEF/PNUMA/OEA, 2006

PDRS - OESTE DA BAHIA, COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR , 2006

ARTICULAÇÃO ESTADUAL DOS FUNDOS DE PASTO- O Fundo de Pasto Que Queremos, 2006.

BNDES – *Municípios em dados* www.federativo.bndes.gov.br/destaque (Consultado em 02/05/2006).

CAR/INTERBA- *Fundo de Pasto – Um Projeto de Vida Sertaneja*

CÂMARA DOS DEPUTADOS- *Rio São Francisco* – Dossiê 500 anos

CEAS – CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL. *O médio São Francisco: confins do Sertão Baiano. Caderno do CEAS,* n° 26/ago/1973

FERNANDES, Henry Luddy Abrahan, *Os Sepultamento do Sítio Aratu de Piragiba - Ba* (dissertação de mestrado) Salvador, 2003.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, *Orientação para elaboração de Projetos nos Territórios Rurais em 2004*. p. 1-9 www.mda.gov.br *ticulando Políticas Públicas e Demandas Sociais*. Brasília, 2005. www.mda.gov.br

PNEA/MMA, *Organização Social – Caminho para o desenvolvimento sustentável* – Bacia do Rio São Francisco, MMA, Brasília, 2002.

PNUD – PROGRAMA NACIONAL. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil,* PNUD, 2006.

SDT / MDA. *Guia para o Planejamento – Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável.* SDT/MDA, Brasília 2005.

SEI – SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia:* 1980:2000. Série Estudos e Pesquisas nº 60, Salvador, SEI, 2003.

Verdejo, Miguel Exposito. Diagnóstico Rápido Participativo: Um Guia Prático.

Questionário sócio-cultural da Secult/BA - 2009.

Levantamento da Economia Cultural: Secult – Perfil do Território – outubro/2009

Base da Munic – 2006

Atividades dos Módulos do Curso de Formação do Gestores Culturais da Bahia – Minc – Sesc – Secult-BA